



PODER E DOMINAÇÃO

EM CHEGOU O GOVERNADOR



CRISTIANE ROQUE DE ALMEIDA
LUIZ ANTONIO DE FARIA

**PODER E
DOMINAÇÃO
EM CHEGOU O GOVERNADOR**

Almeida, Cristina Roque de / Faria, Luiz Antonio de

A444p Poder e dominação em chegou o governador / Cristiane Roque de
Almeida / Luiz Antonio de Faria. - / Aparecida de Goiânia: Faculdade
Alfredo Nasser, 2016.

54 p.

ISBN: 978 – 85 – 68122 – 0 – 4

1 Ciências Sociais – Sociologia. 2 Cidade de Goiás. 3 Vila Boa. 4 História
da Literatura Goiana. 5 Bernardo Élis.

FACULDADE ALFREDO NASSER

Diretor Geral

Prof. Alcides Ribeiro Filho

Diretor Acadêmico

Prof. Dr. Carlos Alberto Vicchiatti

Diretor de Relações Institucionais

Prof. Luiz Antonio de Faria

Diretor de Desenvolvimento

Prof. Divino Eterno de Paula Gustavo

EXPEDIENTE

Coordenadora de Pesquisa

Prof^a. Dr^a. Sabrina Fonseca Ingênilo Moreira Dantas

Editora-chefe

Prof^a. Dr^a. Michele Giacomet

Editor-assistente

Prof^a. Ms. Frederico Henrique Galves Coelho da Rocha

Editor de layout e diagramação

Cleyton Nascimento

Este trabalho está dedicado

aos estudantes, cujos sonhos, partidos de suas respectivas condições de vida, projetam-se ao futuro, querendo compreender as pessoas e o mundo;

aos pais, promissores da vida, luzes de esperanças e prosperidade à frente das novas gerações;

aos professores, que não medem esforços ao mediar pensamentos e ações dos estudantes; e,

a todos os leitores que dele fizerem proveito.

**Cristiane Roque de
Almeida
Luiz Antonio de Faria**

O que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de subvertê-la, é a crença na legitimidade das palavras e naquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras.

Pierre Bourdieu

Sumário

PREFÁCIO	10
QUANDO AS LEITURAS SE CRUZAM.....	10
CAPÍTULO 1	12
BERNARDO ÉLIS: INTERCONEXÕES ENTRE A VIDA E A OBRA	12
CAPÍTULO 2	18
PODER E DOMINAÇÃO A PARTIR DO PENSAMENTO DE MAX WEBER.....	18
CAPÍTULO 3	26
METODOLOGIA: A DIMENSÃO SOCIAL COMO FATOR DE ARTE	26
CAPÍTULO 4	33
PODER E DOMINAÇÃO EM VILA BOA.....	33
PONTO FINAL.....	51
REFERÊNCIAS	52

PREFÁCIO

QUANDO AS LEITURAS SE CRUZAM...

Para mim, escrever este prefácio é, ao mesmo tempo, uma honra e uma lisonja. Lisonja por ter sido escolhida pelos autores e honra pela satisfação de apresentar este ensaio. O prefaciador sente-se um pouco especial – e eu sinto-me assim, confesso. Sinto-me até cúmplice dos autores pelo acompanhamento que tive do processo de criação crítica dessa leitura, a duas mãos, sociológica e literária do romance *Chegou o governador*, de Bernardo Élis.

A escrita é uma das principais invenções da humanidade, o marco do início da História; refere-se ao código, a um símbolo que faz a mediação entre a aventura humana de perceber o mundo e a sua ação, para preservar ou transformar este mesmo mundo. A propósito, é que Carlos Drummond de Andrade, ao escrever o poema *A procura da poesia*, afirma: “Chega mais perto e contempla as palavras, / Cada uma / tem mil facetas secretas e contempla as palavras, / e te pergunta sem interesse que lhe deres: / Trouxeste a chave? [...]”. Os autores deste ensaio encontram a chave e abrem a porta para uma parceria perfeita – um olhar sobre o romance em questão, em que se percebe um imbricamento indispensável entre a sociedade como realidade e a literatura como reflexo do momento histórico da cidade de Goiás Velho, que se disseminou pelo Estado inteiro.

Os autores do ensaio, num primeiro momento, nos dão uma visão geral (teórica) sobre o que é ‘poder’ e ‘dominação’, termos que permeiam todo o estudo, sob a influência do sociólogo Max Weber. Este entende o ‘poder’ como a possibilidade de impor a vontade sobre o comportamento de outros que, em um sentido geral, é um aspecto da maioria, senão de todas as relações sociais. A partir disso percebem que o poder envolve uma relação recíproca entre governantes e governados, na qual a frequência real da obediência é apenas um aspecto de que o poder de comando existe.

Pensar o romance como ‘transfiguração da vida’, implica em reconhecer que os escritores revelam-se pelo modo de expressar-se e se ocultam através de suas personagens. Este ensaio deixa clara a visão de Bernardo Élis em *Chegou o governador*, da importância da literatura regionalista, fundamentada em fatos reais, entremeados do ficcional, sob uma postura modernista, em que se constata a relação da literatura com a vida cotidiana, mostrando que a produção ficcional jamais existirá sem uma base histórica, que distorcida, sob a visão de um escritor, revela a mistura do real e do imaginário. E o leitor questiona até onde começa e termina a realidade e a ficção. A arte literária é o relato da vivência realmente experimentada no passado. Então, sendo o homem um projeto, ou seja, um ser que traz em si a potencialidade para se plenificar normalmente o percebemos lançando-se para o futuro, mas sempre voltado para o passado.

Podemos mesmo dizer que o homem é um ser futuro-passado. Sob esta ótica, o tempo é a duração da essência e da existência. Aí está o encontro das duas leituras dos ensaístas mencionados, quando o sociológico se mistura com o literário histórico, bem como Bernardo

Élis é, ao mesmo tempo, um escritor regionalista e telúrico, deixando bem claro que o regionalismo praticado pela maioria dos ficcionistas e poetas normalmente ligados ao determinismo naturalista, longe de promover a ascensão do homem ao universal, o circunscreve ao local, sem lhe proporcionar a abertura de novos horizontes existenciais. No telurismo, no entanto, temos um processo inverso – a fusão do homem com a terra exerce o poder de elevação do ‘Ser’, como se pode observar na obra de Guimarães Rosa, notadamente em *Grandes sertões veredas*, e visto em *Chegou o governador*, de Bernardo Élis. Temos as personagens buscando a verticalidade (essência). Então, o homem torna-se o pivô em torno do qual giram todos os fatos e atos políticos e sociais. Não há política, sem vida social; se o homem não ocupa o centro dos acontecimentos, há a ausência total do ‘Ser’, apesar de sabermos que no mundo globalizado no século XXI, o capital, o lucro, o interesse pessoal buscam ofuscar a condição do homem em essência. A propósito, é pertinente quando os ensaístas citam Karl Mannheim, em se tratando da questão da obra *Sociologia do espírito* que se pauta na tentativa de sistematizar a relação do ‘eu’ e reconhecer ‘[...] que o indivíduo é o foco da realidade; para compreender seu comportamento, é preciso conhecer as constelações nas quais age (1960, p. 33).’

A importância de Bernardo Élis ao escrever *Chegou o governador* é presente quando o escritor se apossa dos fundamentos históricos e cria o imaginário com o propósito de dar ao texto o verossímil do contexto, infundindo vida às personagens. A epígrafe de Pierre Bourdieu neste ensaio, falando do poder das palavras, se acresce com a citação de Antonio Cândido quando diz (parafrazeando) que a personagem no romance é um ser ficcional, que foge do real, para tornar-se criatura de papel. Quanto a este aspecto, os ensaístas bem fizeram quando falaram da distinção entre pessoa e personagem. A personagem é ‘a representação do universo psicológico do seu criador’. Os ensaístas continuam citando Aristóteles em *A poética* para estabelecer a diferença entre ‘poesia’ e ‘história’. Está aí o original da obra bernardiana como ficcionista, criando suas personagens de dentro para fora com toda a capacidade de um narrador demiurgo, enquanto, como historiador, se baseia em fatos e documentos.

A decadência da antiga Vila Boa é mostrada pelos olhares críticos dos ensaístas numa cumplicidade tão forte quando ambos percebem que a pobreza, naquele tempo, sobretudo, e, até no início do século XXI (apenas com conotações diferentes), constituía e constitui uma decadência moral, onde o orgulho prevalece, especialmente para as mulheres – ‘era realizada uma missa diária, às quatro horas da manhã, cuidado para que não fossem vistos seus andrajos e calçados arrebatados pelo uso’.

Citamos este fragmento do romance para mostrar que desde muito, as mulheres já renunciavam, com muita sutileza, um processo de emancipação, característica dominante no período histórico literário da década de 1920, revelado com toda ousadia, não só por meio de Bernardo Élis, mas pelo viés dos poemas da grande poetisa de Goiás, Cora Coralina, gritando aos quatro cantos, não só através de seus poemas, mas, também, de suas atitudes como mulher sedenta por liberdade para tornar-se um ser ontológico e histórico.

Maria de Lourdes Coelho Castro de Agüero
Mestre em Literatura e Linguística (UFG)

CAPÍTULO 1

BERNARDO ÉLIS: INTERCONEXÕES ENTRE A VIDA E A OBRA

A primeira distinção fundamental
na sociedade era a da cor.

Luís Palacín

A fala do indivíduo sucede a percepção de si mesmo e do mundo por meio dos próprios sentidos e emoções, que, por suas vezes, precedem a escrita. Fala e escrita registram o currículo de formação e produção da vida de cada sujeito e ambas constituem discurso quando descrevem, narram e dissertam a serviço dos que delas fizeram uso. É o discurso pautado na ciência ou na arte literária que permanece vivo, de modo que seu eco inquieta ou encanta aos leitores de um determinado presente, porque leva-os ao contexto do passado, por meio da investigação e da imaginação, constituindo para eles um certo parâmetro a se estabelecer no futuro.

Este trabalho enfoca as relações de poder e dominação retratadas por Bernardo Élis no romance *Chegou o governador*. A literatura bernardiana, de uma forma geral, proporciona a aproximação do leitor com a realidade brasileira, especialmente da região Centro-Oeste, onde se encontra o Estado de Goiás, mas esse romance vai um pouco mais além: retrata um tipo de mulher não comum à época, por meio da personagem Ângela Ludovico, envolvida nos costumes e nas características peculiares da estrutura social do início do século XIX.

O foco do autor são as relações de poder e de dominação herdadas da cultura absolutista européia, primordialmente os portugueses, os quais, por meio das práticas colonialistas, privaram os índios e seus descendentes, os negros e todos os não fidalgos de quaisquer perspectivas de liberdade e de oportunidade de ascensão social e realização individual. A estrutura social e política da época, suportada pela economia em decadência, cuja principal atividade havia sido a extração do ouro, instigava o poder público a apelar por todos os meios de arrecadação para manter seus gastos; e, como dizia o governador D. José de Vasconcelos: “[...] o quinto empobreceu Goiás, o dízimo acabou de matá-lo.” (CG, 1998, p. 30)¹. Esses impostos, cobrados com extorções, e o suborno dos fiscais pelos poderosos, que não os pagavam, gerando o sacrifício dos pequenos produtores, que eram obrigados a quitar quantias exorbitantes, acima do valor real do quinto ou do dízimo, estimulava aos últimos a não produzir, visto que “O povo tinha razão de sobra ao dizer que o melhor era nada plantar e nada colher, a não ser que o dono das plantações e das criações fosse rico e poderoso, capaz

¹ Os trechos das citações do romance *Chegou o governador* são aqui identificados pela sigla CG.

de ficar livre do fisco e do pagamento do tributo.” (CG, 1998, p. 30). Por isso, as margens dos rios e riachos estavam sempre repletas de acampamentos improvisados, de gente à procura de sossego e de alimentos para a subsistência, à moda dos povos ditos “primitivos”, e sem perspectiva de nenhum tipo de segurança oferecido pela “vida civilizada”.

Bernardo Élis procura, por meio da linguagem regional retratar aquele contexto, de modo a denunciar a generalização da opressão, da escravização e da animalização, que atinge a todos os privados do poder de compra e da etnia fidalga, demonstrando a abolição da ética, mascarada pelo discurso dos princípios do cristianismo e do absolutismo. Por isso, a caracterização da temática e da estilística trata de expor a originalidade deste autor que investiga e compreende a cultura, os sentimentos e sensações, os níveis de consciência das personagens que descreve, mais ou menos detalhadamente, recriando o contexto onde agem, com suas próprias histórias, que compõem pedaços das referências da história do povo de Goiás.

Segundo Almeida (1985), os autores regionalistas e, somente eles, concretizaram o ideal de Mário de Andrade: uma prosa livre de regras, aliás, uma linguagem que representasse a fala original do povo brasileiro em sua respectiva região, de tal modo que se priorizasse o significado. Assim é que se fez o “português dos brasileiros”. Em suas narrativas, os autores regionalistas produzem uma sequência clara dos fatos e, muitas vezes, se ocultam em suas personagens, de modo que a fala delas atinja diretamente aos leitores, transportando-os a um ambiente vivo, mas do passado, em que possam se aproximar mais das verdades por meio do diálogo com as personagens verdadeiramente históricas ou acrescentadas às histórias.

Élis, por meio de suas intensas pesquisas, transfigurou para suas obras momentos históricos da realidade goiana, por meio de sua fala de professor e em sua escrita de contos e romances como uma leitura possível da vida social, cultural, política, econômica e psicológica das gentes em Goiás, construindo o seu legado a gerações de futuros estudiosos. O poder e a dominação social e política em Vila Boa é a mais evidente abordagem de Bernardo Élis em *Chegou o governador*. A cor era a distinção fundamental naquela sociedade, em que escravos e pobres sofriam sob a arbitrariedade de seus opressores.

Filho do poeta Erico Curado e Marieta Fleury de Campos Curado, goianos e descendentes de famílias tradicionais, Bernardo Élis Fleury de Campos Curado nasceu a 15 de novembro de 1915, em Corumbá-Goiás. Atuou como professor, poeta, contista, romancista e advogado, e com as “letras” foi consagrado, em nível regional e nacional, recebendo vários prêmios literários². Por meio de eleição chega à Academia Brasileira de Letras, sucedendo a Ivan Lins na Cadeira n. 1, em 23 de outubro de 1975.

Estudou no Lyceu de Goiás e bacharelou-se em Direito, único curso então existente em Goiânia, mas o estudo das primeiras letras foi iniciado em casa, com o pai, de quem viria o maior estímulo ao estudo, já que, como consta em sua nota autobiográfica, em *Veranico de*

² Prêmio José Lins do Rego (1965) e Prêmio Jabuti, da Câmara Brasileira do Livro (1966), pelo livro de contos *Veranico de janeiro*; Prêmio Afonso Arinos, da Academia Brasileira de Letras, pelo seu *Caminhos e descaminhos*; Prêmio Sesquicentenário da Independência, pelo estudo *Marechal Xavier Curado, criador do Exército Nacional* (1972). Em 1987, recebeu o Prêmio da Fundação Cultural de Brasília, pelo conjunto de obras, e a medalha do Instituto de Artes e Cultura de Brasília.

Janeiro (1966), as leituras proporcionadas não lhe causaram maior estímulo: “Muito cedo, meteu-me nas mãos *Os Lusíadas*, *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, *A Cidade e as Serras*, *Iracema*, *O Guarani*, *Inocência*, *Os Mártires do Cristianismo*, *Nova Floresta* e outras ‘desgraças’ semelhantes”. O entusiasmo que faltava aos clássicos da literatura brasileira, Bernardo Élis o tinha de sobra quando o assunto era sobre as obras dos modernistas, com as quais entrava em contato graças a revistas e jornais vindos do Rio de Janeiro (cidade que povoava seus sonhos) mandados pelo seu tio André, infatigável escritor. Consta em sua autobiografia que foi a partir de leituras das “coisas” ditas pelos modernistas que ele percebeu determinada ligação entre a literatura e a vida cotidiana, o que, com toda certeza, constituiu-se no germe de sua obra, baseada na realidade captada por meio da percepção e transposta às páginas da ficção, por meio do imaginário.

A paixão pelo gênero modernista alimentava seus anseios e definiu seu estilo criador, dando-lhe o reconhecido sucesso. De acordo com os estudos da professora Nelly Alves de Almeida (1970), estavam presentes em suas leituras, os modernistas Hugo de Carvalho Ramos, Vitor Hugo, Zola e José Américo de Almeida. De acordo com outra estudiosa da vida e da obra desse notável escritor goiano, a professora Moema de Castro e Silva Olival (1976), a partir do momento em que ele passou a colaborar e participar ativamente com a vida literária da hoje chamada Goiás Velho, inteirava-se dos movimentos literários da capital, chegando a pertencer ao grupo que liderou o Movimento Modernista em Goiás. Nesse período, lia constantemente Rubem Braga, Tristão de Ataíde, Mário e Oswald de Andrade, Augusto Frederico Schmidt e, também, Balzac e Tolstoi que, juntamente com Zola e Vitor Hugo, já citados, viriam, segundo Moema Olival, a prepará-lo em sua formação humanística, inclinando-o ao curso de Direito. Assim, foi definindo suas afinidades literárias, ao lado das atividades voltadas para a sobrevivência.

Em 1936, iniciou-se na função pública, como escrivão da Delegacia de Polícia em Anápolis, sendo depois nomeado escrivão do cartório do crime de Corumbá. Participou, desde 1934, dos acontecimentos literários do Brasil Central, escrevendo poesias e enviando colaborações de cunho modernista para os jornais de Goiânia. Seu primeiro conto sobre assombração foi escrito aos doze anos, inspirado em *Assombramento*, de Afonso Arinos. Transferiu-se para Goiânia em 1939, onde foi nomeado secretário da Prefeitura Municipal, exercendo também, a função de prefeito interino por duas vezes. Em 1942, mudou-se para o Rio de Janeiro com a intenção de lá se fixar. Levava um livro de poesias e outro de contos, que pretendia publicar. Não realizando seu intento, voltou-se para Goiânia e, segundo ele em sua ficha autobiográfica, “com o firme propósito de nunca mais pensar em cidade grande”.

Fundou a revista *Oeste* e nela publicou o conto *Nhola dos Anjos e a Cheia de Corumbá*. Sua estreia no meio literário aconteceu em 1944, com a publicação, pela Bolsa de Publicações de Goiânia, do livro de contos *Ermos e Gerais*, seguindo-se uma respeitosa produção ficcionista bem acolhida pela crítica. No ano seguinte, participou do 1º Congresso de Escritores de São Paulo, quando conheceu vários escritores nacionais, entre os quais Aurélio Buarque de Holanda, Mário de Andrade e Monteiro Lobato. Ao voltar para Goiânia, fundou a Associação Brasileira de Escritores, da qual foi eleito presidente. Atuou no magistério como professor do ensino público estadual e municipal, fortalecendo mais sua vida literária.

Foi co-fundador, vice-diretor e professor do Centro de Estudos Brasileiros da Universidade Federal de Goiás, professor de Literatura na Universidade Católica de Goiás e em vários cursos pré-vestibular. Participou ativamente de congressos de escritores realizados em São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre e Goiânia. Em 1953, promoveu o I Congresso de Literatura em Goiás e realizou inúmeras palestras, conferências e cursos literários.

Em 1997, faleceu em Goiânia, deixando significativa produção literária na qual expressou suas preocupações de cunho social, com ampla e criteriosa visão da luta dos menos favorecidos pela sobrevivência, oprimidos sob os interesses dos poderosos.

O romance como transfiguração da vida

Os estudos de Nelly Alves de Almeida (1985) remetem à maneira clara de expor as ideias e à linguagem fácil de expressar dos escritores regionalistas, que desempenham tarefa interessante ao recriarem a língua, estilizando-a de maneira singular e bem original, por meio das personagens que exercem atividades em determinado espaço geográfico. Segundo a autora, o homem fala a língua de seu meio e de sua profissão.

A originalidade exige ao autor penetrar na cultura e na consciência das personagens, posto que só elas conhecem bem ou mal a si mesmas e seu próprio ambiente e que, por isso, só elas, representativamente, expressam, pela linguagem, o contexto onde agem, em todos os ciclos de fenômenos naturais, com seus traumas e tramas, hostilidades, deslumbramentos, segredos, mistérios, riquezas, sensações de conforto ou desconforto.

Essa é, segundo Almeida (1985), a principal característica dos escritores modernistas: revelam-se pelo modo de expressar. Em suas narrativas, a sequência dos fatos é clara e o autor, muitas vezes, se oculta através de suas personagens, fazendo com que elas próprias realizem a narrativa. É assim que o linguajar brasileiro, atualmente, se acha consagrado na língua literária, pois:

Nenhuma literatura reflete melhor a alma, a consciência, a filologia do povo que a regionalista. Espontânea, natural, revela toda a beleza, toda a pureza, da alma simples e atesta que o escritor moderno é arcaizante. A filologia, modernamente 'situa a língua falada acima da língua escrita' (ALMEIDA, 1985, p. 27, grifo da autora).

É relevante observar que representar na escrita a língua falada torna-se um dos mais difíceis exercícios do escritor que, em busca da significação original dos fatos, fenômenos, coisas e ações das pessoas, penetra no universo das palavras numa incessante busca de

sentidos, quando seleciona e combina cada um dos termos, com a única finalidade de colocar o leitor o mais próximo possível do referente.

Por isso, com uma ousadia peculiar, o escritor regionalista opta por fugir às exigências tradicionais da língua culta escrita, para conseguir depreender do contexto o mais fiel e coerente nível de compreensão e interpretação da mensagem que pretende enviar, ciente das diversas possibilidades da redução ou ampliação dos significados que seus leitores poderão imprimir ao seu discurso.

Moema Olival (1998), ao analisar a ficção regionalista, procura caracterizar a vertente temática e estilística da produção literária de Bernardo Élis a partir de seu livro de contos *Ermos e gerais* (1944) que, além de agitar o campo da crítica, mudou o *status quo* vigente no campo literário em Goiás. Esta obra, de acordo com Olival,

[...] constitui o paradigma, a matriz, a vertente temática e estilística que vai presidir à produção literária de Bernardo Élis, amoldando-se, essa produção, no correr dos anos e da produção literária, às exigências das técnicas narrativas e motivações mais atualizadas, mas, sempre, focalizando o homem em lances diversos, na proposta maior de desvendá-lo em seus dois mundos: o interior, o da alma humana, e o social, o do direito do ser humano (1998, p.152).

Sempre lembrado ao lado de Hugo de Carvalho Ramos (1895-1921), figura consagrada do regionalismo goiano, Bernardo Élis é mencionado como expressão de um novo posicionamento regional: aquele à procura de um novo tipo humano, caracterizado por Olival como *homem telúrico*, emaranhado nas teias de ações e relações que se abastecem dos costumes, tradições, mitos, lendas e estruturas da oralidade, próprios da região, nesse caso, do Centro-Oeste brasileiro.

De acordo com Olival (1998), até o momento de seu aparecimento com *Ermos e gerais* (1944), predominava a preocupação com as relações que o homem mantinha com o meio geográfico e com as condições socioeconômicas que o plasmavam, e não suas reações íntimas diante de tais questões. Na primeira linha atuaram nomes como o de Euclides da Cunha, com *Os Sertões*, e Afonso Arinos, com *Pelos sertões* (1898). Ambos exerceram sobre a pioneira decisiva influência em termos regionalismo, possibilitando aferir a diferença do posicionamento presente em Bernardo Élis que, marcando nova fase na história do regionalismo goiano, possibilita a visualização do mundo íntimo de suas personagens, centrado na força de suas reações diante do mundo.

De acordo com Olival, na literatura de Bernardo Élis, o homem aparecerá apanhado em sua estrutura mental e sociocultural, permitindo o delineamento do homem regional e “[...] através de aspectos de caráter e de sentimentos, nos será permitido vislumbrar, nesse ser ilhado e sofrido, dimensões, também, da alma universal.” (OLIVAL, 1998, p.149).

Assim, a ação se volta reflexiva sobre o homem inserido no meio, de maneira tal que o homem regional aparece numa visão imediata e, através dele, o homem universal. Isso muda também a visualização do espaço transposto para a ficção bernardiana como regional, que assume características que o distinguem de “outros” regionalismos, como o do Nordeste, por exemplo. O espaço de que emerge o homem telúrico “[...] na complexidade e perplexidade de seus impulsos, de suas paixões, de sua, até então, irremovível desassistência social, política e cultural, se constituirá em dado auxiliar para delimitar (nominar) a região que indica.” (OLIVAL, 1998, p. 143).

Ao tratar do homem telúrico, Bernardo Élis faz referências precisas ao espaço, à região e, assim, o homem é identificado com o seu meio, nas dimensões culturais e socioeconômicas de sua vida. Em toda a obra bernardiana, o homem ou é senhor pela força ou é subestimado em relação a uma força maior e tudo o que ela pode ocasioná-lo. Portanto, haverá sempre a dicotomia senhor-escravo, na qual se notam os fatores de opressão social, reveladas por meio da linguagem em que Bernardo Élis denuncia as cenas mais duras e reais vividas pelo povo goiano, marca da criatividade e ousadia que acompanham a sua produção literária do primeiro livro de contos ao último (OLIVAL, 1998). Características que marcam até mesmo os seus dois romances, *O tronco* (1956) e *Chegou o governador* (1987), em que o autor permanece fiel à tendência de sua escritura e à sua temática, já delineadas no primeiro livro: “[...] o ser humano delimitado nos gerais, nos goiases, no rincão natal.” (OLIVAL, 1998, p. 158).

Como introdutor dos moldes modernistas em Goiás no campo da prosa, Bernardo Élis percebeu que a melhor maneira de aproximar-se de seu povo seria por meio de sua fala, das estruturas da oralidade transpostas à sua ficção, enfatizando a linguagem coloquial, dando preferência às frases curtas. Chama à atenção, a clareza com que, em sua narrativa, aborda temas de interesse social, relevantes à análise sociológica, psicológica ou política, não se calando frente à miséria dos trabalhadores do meio rural e, com sensibilidade, volta-se para o ser humano, para a realidade da vida sertaneja que ele tão bem retrata em seus contos e no romance *O tronco* (1956).

Segundo Olival (1998), a ficção bernardiana é reivindicatória, cheia de perfis psicológicos e caricatos do homem goiano e seus sentimentos, sua alma, suas reações diante das mais diversas dificuldades da vida³. Sua obra descreve a realidade “analfabeta”, a realidade sertaneja e, no campo da reivindicação social, não se limita a demonstrar as condições de “sub-vivência” humana, mas a esmiúça como num apelo do homem do sertão ermo, esquecido dos governos e à mercê do poder e da dominação legitimada dos poderosos latifundiários.

O envolvimento de Élis com questões regionais faz significativos esclarecimentos sobre a vida social goiana em várias dimensões, retratando um universo em que aparecem concepções de vida, de humanidade, de honra e de amor, bem como a generosidade e as reações de um povo diante das mais variadas adversidades. São presentes também o misticismo e a interação com as forças da natureza, compondo um quadro de luta pela vida e contra as intempéries do mundo natural.

³ Prólogo do livro de contos *Caminhos dos Gerais*, de Bernardo Élis (1975).

CAPÍTULO 2

PODER E DOMINAÇÃO A PARTIR DO PENSAMENTO DE MAX WEBER

Embora não seja o interesse principal aqui fazer uma abordagem profunda dos temas da Sociologia Política de Max Weber, entender os conceitos de poder e dominação como relacionados contribui sobremaneira para a compreensão da obra de Bernardo Élis que ora se coloca como objeto de análise sociológica.

Weber volta-se, em *Classe, estamento e partido* (2002), para o problema da estratificação social, recorrente na Sociologia desde seu surgimento, considerando a estrutura social como aquele elemento mais estável da vida social – em contraposição à instabilidade da conjuntura – e menos sujeito às variações circunstanciais. Neste caso específico, a estrutura social corresponde às diferenças sociais no interior de uma determinada sociedade, como um elemento definidor das demais instâncias existentes.

Para o entendimento da questão interessa retomar, em linhas gerais a concepção de sociedade e a relação indivíduo e sociedade na visão desse autor. A sociedade, para Weber, implica numa separação de esferas, como por exemplo, a econômica, a política, a jurídica, a cultural, a educacional, cada uma com sua lógica autônoma de funcionamento.

Como, na concepção de Weber, o agente individual é a verdadeira unidade de análise sociológica, é a única entidade capaz de conferir significado às suas ações, referindo-as a uma das esferas ou combinando, nas mesmas, sentidos referenciados a esferas distintas. Dessa maneira, é por meio das ações e dos sentidos que os agentes lhes conferem, que se atualiza cotidianamente a lógica de cada uma das esferas da vida social, e é no contexto significante da ordem na qual uma ação está inserida que se pode compreender seu significado. Depreende-se disso que os indivíduos participam, conforme os sentidos de suas ações, de forma diferenciada da vida social, surgindo das próprias relações os anseios de fazer valer sua vontade em detrimento das demais.

O *poder*, conceituado por Weber (2002, p. 126) como a “[...] possibilidade de que um homem, ou um grupo de homens, realize sua vontade própria numa ação comunitária até mesmo contra a resistência de outros que participam da ação”, nem sempre é determinado economicamente, pois o homem não luta pelo poder apenas para se enriquecer e o poder condicionado economicamente não é idêntico ao *poder* como tal; pelo contrário, o aparecimento do poder econômico pode ser a consequência do poder existente por outros motivos e, por outro lado, o poder econômico pode muitas vezes ser desejado por si mesmo.

Muito frequentemente, diz Weber, a luta pelo poder também é condicionada pelas *honras* sociais que acarreta, embora nem todo poder traga honras sociais: em geral o poder econômico, em especial o poder financeiro puro e simples, não é reconhecido como base de honras sociais. A forma pela qual as honras sociais são distribuídas numa comunidade, entre grupos típicos que participam nessa distribuição, pode ser chamada de *ordem social*. Ela e a

ordem econômica estão relacionadas da mesma forma com a ordem jurídica. A lei assegura a probabilidade de que a ordem seja mantida por um quadro de homens que usarão a força física ou psíquica com a intenção de obter conformidade com a ordem. Dessa forma, a estrutura de toda ordem jurídica influi diretamente na distribuição do poder, econômico ou de qualquer outro, dentro de sua respectiva comunidade.

Todavia, Weber salienta que o poder, bem como as honras, pode ser assegurado pela ordem jurídica, mas, pelo menos normalmente não é sua fonte primordial; a ordem jurídica constitui antes um fator adicional que aumenta a possibilidade de poder ou honras, mas nem sempre pode assegurá-los. Assim, a ordem social “[...] é, para nós, simplesmente a forma pela qual os bens e serviços econômicos são distribuídos e usados. A ordem social é, decerto, condicionada em alto grau pela ordem econômica, e por sua vez influi nela.” (WEBER, 2002, p. 127).

Para Weber, classes, estamentos e partidos são fenômenos de distribuição de poder dentro de uma comunidade. O autor diferenciou situação de classe de consciência de classe, pois abordava a produção e aquisição de bens e não as contradições do capitalismo nesse processo. Em relação às classes sociais, afirma:

Podemos falar de uma “classe” quando: 1) certo número de pessoas tem em comum um componente causal específico em suas oportunidades de vida, e na medida em que 2) esse componente é representado exclusivamente pelos interesses econômicos da posse de bens e oportunidade de renda, e 3) é representado sob as condições de mercado de produtos ou mercado de trabalho (WEBER, 2002, p. 127).

O conceito de classe social refere-se à situação dos agentes em mercado, de forma que pessoas com a mesma posição econômica, no que se refere à propriedade ou não de bens ou condições de vida exteriores e experiências pessoais de vida, encontram-se numa determinada situação de classe. Nesse caso, a propriedade e a falta de propriedade são as categorias básicas de todas as situações de classe.

No que se refere ao estilo de vida como critério de segregação, proprietários e não proprietários pertencem a um mesmo estamento. Quando se opera a luta e a distribuição de honra e prestígio, o significado das ações pode ser definido segundo critérios vigentes na ordem social. Nesse caso, o significado das ações sociais é definido de acordo com as regras de pertencimento a grupos de *status* ou estamentos, que são normalmente comunidades.

Conforme Weber, em oposição às classes, condicionadas por motivos puramente econômicos, a situação estamental corresponde a componentes típicos do destino vital humano condicionado por uma estimativa – positiva ou negativa – da honra vinculada a alguma qualidade comum a muitas pessoas, correspondente na exigência de um modo de vida determinado para todos. Assim, *status* é uma situação na hierarquia social e o grupo de *status* é formado por indivíduos de uma mesma condição social e que compartilham um mesmo

estilo de vida. Para os componentes de estamentos positivamente privilegiados, “seu reino é deste mundo”; para os de estamentos negativamente privilegiados, “o futuro está além do presente”, pois existe a crença em uma missão, um destino a cumprir.

Weber salienta que as pessoas que possuem *status* nem sempre pertencem a uma mesma classe social, pois pertencer a uma classe não implica em se possuir qualquer sentimento de comunidade ou consciência de interesses ou direitos. Os membros de um grupo de *status* estão de acordo com as regras de pertença e não pertença, no sentido de garantia de privilégios e monopólios e, entre as ações comunais destacam-se as práticas de exclusão e afastamento dos não-membros, reforçando a distinção.

Weber salienta ainda que, onde as consequências do estamento se realizaram em toda a sua extensão, houve uma evolução para as castas, grupos fechados cujos privilégios e distinções foram desigualmente garantidos por meio de leis, convenções e rituais. O pano de fundo da questão são as diferenças étnicas, marcando situações em que, por exemplo, contatos físicos com membros de castas inferiores podem contaminar aqueles de castas superiores e às vezes tal impureza deve ser expiada por um ritual religioso.

Já os partidos vivem sob o signo do poder, afirma Weber. Eles se orientam para a influência sobre a ação comunitária e sempre significam uma socialização, pois suas ações voltam-se para uma meta que se procura atingir de forma planejada, racional. A meta pode ser uma causa ou mesmo ser pessoal.

Fato é que os partidos são possíveis apenas dentro de comunidades de algum modo socializadas, ou seja, que têm alguma ordem racional e um “quadro” de pessoas prontas a assegurá-la, pois os partidos visam precisamente a influenciar esse quadro e, se possível, recrutá-lo entre seus seguidores.

No que se relaciona com as classes, os estamentos e os partidos, diz Weber que, em geral, eles pressupõem, necessariamente, uma sociedade que os englobe, e especialmente uma ação comunitária política, dentro da qual, operam. No caso específico dos partidos, isso não significa que eles sejam confinados pelas fronteiras de qualquer comunidade política e seu objetivo nem sempre é um novo domínio político; pretendem, principalmente, influenciar o domínio existente.

Percebe-se que o conceito de poder remonta à possibilidade de imposição de vontade própria de um homem ou um grupo de homens no contexto de uma relação social, não importando o fundamento dessa probabilidade e nem se limitando a circunstâncias sociais específicas. Já a dominação se baseia na probabilidade de obediência a um determinado mandato, podendo ser diversos os motivos da submissão. Trata-se de “um estado de coisas” em que uma vontade manifesta por aquele - ou aqueles - que domina, influi no comportamento de outros, os dominados, que se comportam como se tivessem adotado por si mesmos, na forma de obediência, o conteúdo do mandato.

Os meios utilizados para o exercício da dominação também podem ser diversos, desde o uso do dinheiro e da influência social, passando pelo engano, pelo poder da palavra, indo até mesmo ao emprego da violência. Segundo Weber (1979), a dominação também pode

depende diretamente de uma constelação de interesses, na forma de considerações utilitárias de vantagens e inconvenientes por parte daquele que obedece, mas também pode também depender de mero “costume”, um hábito cego, ou pode fundar-se, no puro afeto, pela mera inclinação pessoal do súdito.

Todavia, assevera o autor que a dominação que repousasse apenas nesses fundamentos seria relativamente instável, pois a dominação costuma apoiar-se internamente em *bases jurídicas*, nas quais se funda a legitimidade, e o abalo da crença na legitimidade costuma acarretar consequências de grande alcance.

Em forma totalmente pura, as bases de legitimidade da dominação são três, cada uma das quais se acha entrelaçada no tipo puro com uma estrutura sociológica fundamentalmente diversa do quadro e dos meios administrativos. Os três tipos de dominação apresentados por Weber são a legal, a tradicional e a carismática. O que caracteriza os três “tipos puros” delineados pelo teórico é a fundamentação dos diversos motivos de submissão. A dominação legal se dá em virtude do estatuto e seu tipo mais puro é a dominação burocrática.

A burocracia tem, segundo Max Weber (1982), sua fonte de legitimidade no poder racional-legal. As organizações burocráticas são, em seu tipo ideal, sistemas sociais racionais que fundamentam-se nos seguintes pressupostos: (1) especialização das funções, (2) formalismo e hierarquia de autoridade, (3) sistema de normas e (4) prevalência da impessoalidade.

O formalismo da burocracia é expresso no fato de que a posição do funcionário, no exercício de seu cargo, define com precisão as relações de mando e subordinação, a partir de todo um sistema de normas racionais, escritas e exaustivas. De acordo com Weber (1982), a posição social do funcionário será, normalmente, mais elevada quando houver uma forte procura de administração por especialistas, pois, como a burocracia valoriza os profissionalmente informados, e cada vez mais o conhecimento especializado do perito torna-se a base da posição de poder do ocupante do cargo. Dessa forma, as normas são válidas não porque são legitimadas pela tradição, mas porque pela racionalidade levam aos fins visados, superando os inconvenientes que caracterizavam as administrações mais tradicionais, marcadas pelos privilégios que se sobrepunham à racionalidade.

Com a especialização, a tarefa sobrepõe-se ao funcionário e o afastamento deste não prejudica a continuidade daquela, ou seja, uma vez criado, o cargo tende a continuar existindo e a ser ocupado por outra pessoa. De acordo com o tipo ideal weberiano de burocracia, a divisão do trabalho e a determinação dos postos são feitas em termos de cargos exatamente definidos, não importando a pessoa que o ocupe.

Tem-se, então, que a divisão do trabalho, em postos hierarquicamente organizados, é realizada de forma impessoal. No sistema impessoal, as atenções estão centradas na tarefa, com vistas a eliminar privilégios e favoritismos. Weber (1982) define claramente o caráter impessoal da burocracia quando diz que nela não há lugar para elementos que escapem ao cálculo, como o amor ou o ódio.

Segundo Weber,

O caráter impessoal do trabalho burocrático, com sua separação entre a esfera privada e a esfera oficial do cargo, facilita a integração do funcionário nas condições funcionais objetivas dadas para sempre pelo mecanismo baseado na disciplina (1982, p. 243).

O ingresso no cargo é considerado como uma aceitação de uma obrigação específica da administração fiel, em troca de uma existência segura, sendo a fidelidade moderna dedicada a finalidades impessoais e funcionais. A remuneração recebida pelo funcionário no exercício de seu cargo trata-se de uma compensação pecuniária regular de um salário, normalmente fixo, e a segurança na velhice é representada por uma pensão. O salário é medido de acordo com a hierarquia, ou seja, segundo o tipo de função exercida e, além disso, possivelmente, segundo o tempo de serviço.

O funcionário se prepara para uma carreira dentro da ordem hierárquica do serviço público, o que demonstra que sua permanência é dada por tempo indefinido, ao contrário do que acontece com os funcionários eleitos, que geralmente possuem um mandato fixo, definido no tempo. A esse respeito diz Weber que,

Em todas as circunstâncias, a designação de funcionários por meio de uma eleição entre os governados modifica o rigor da subordinação hierárquica. Em princípio, o funcionário eleito dessa forma tem uma posição autônoma, em relação ao funcionário superior. O funcionário eleito não deve sua posição a uma influência de “cima”, mas de “baixo”, pelo menos não a deve a uma autoridade superior da hierarquia oficial, e sim aos poderosos chefes políticos que também determinam o prosseguimento de sua carreira. A carreira do funcionário eleito não depende, ou pelo menos não depende principalmente, de seu chefe na administração. O funcionário que não é eleito, e sim nomeado por um chefe, funciona normalmente de modo mais preciso, do ponto de vista técnico, porque, na igualdade das outras circunstâncias, é mais provável que os aspectos funcionais e as qualidades determinem sua seleção e sua carreira (1982, p. 234).

Assim, na medida em que uma compensação pecuniária aos funcionários é possível, o desenvolvimento da economia monetária torna-se, segundo Weber, um pressuposto da burocracia, de forma que quanto maiores e mais complicadas se tornarem as grandes empresas capitalistas modernas, mais se constituem num exemplo histórico de burocracia bem desenvolvida. Desse modo, embora o pleno desenvolvimento de uma economia monetária não constitua condição preliminar indispensável à burocratização, a burocracia como estrutura permanente está ligada à pressuposição de uma renda constante que a mantenha.

Segundo experiência histórica, o ótimo relativo para o êxito e manutenção de uma mecanização rigorosa do aparato burocrático é proporcionado pelo salário monetário certo, conjugado à oportunidade de uma carreira que não seja fruto do acaso e arbítrio. Formas

alternativas, como a concessão aos funcionários de uma renda *in natura*, ou mesmo todos os tipos de atribuição de serviços e usufruto *in natura* como formas de recompensar funcionários, tendem a afrouxar o mecanismo burocrático e enfraquecer a subordinação hierárquica.

Considerando-se então, que a razão decisiva para o progresso da organização burocrática foi sempre a superioridade puramente técnica sobre qualquer outra forma de organização e que, precisão, clareza, velocidade, continuidade, subordinação rigorosa são alguns termos que a caracterizam, no que se refere a tarefas complicadas, o trabalho burocrático assalariado não só é mais preciso, mas frequentemente mais barato.

Assim ocorre na economia mercantil capitalista, pois a burocratização oferece a possibilidade de se colocar em prática o princípio de especialização das funções, de acordo com considerações exclusivamente objetivas, de forma que as tarefas individuais são atribuídas a funcionários que têm treinamento especializado e que, pela prática constante, aprendem cada vez mais.

Já a dominação tradicional é apresentada por Weber (1979) como resultado da crença em poderes a muito tempo existentes. É a conotação do “desde sempre” que fornece ao ‘senhor’ a possibilidade de encontrar obediência em seus ‘súditos’. Obedece-se à pessoa e a obediência é santificada na tradição e pelo predomínio da fidelidade. As regras são passadas tradicionalmente e se considera impossível a criação de novo direito diante das regras existentes, demarcando o domínio do ‘senhor’ no contexto da tradição, em que age conforme seu prazer, simpatia ou antipatia e de acordo com pontos de vista ou preferências estritamente pessoais. O tipo mais puro é o da dominação patriarcal.

Para o autor, o quadro administrativo deste tipo de dominação é composto de dependentes pessoais do “senhor”, ao invés da competência e da observação ao dever e à objetividade do cargo. Conforme Weber (1979) é possível observar duas formas distintas desse tipo de dominação em suas características: a estrutura puramente patriarcal de administração e a estrutura estamental.

Na estrutura puramente patriarcal de administração os servidores são recrutados em dependência pessoal do senhor, sob a forma puramente patrimonial, como no caso de escravos e servos; ou extrapatrimonial, de camadas não totalmente desprovidas de direitos, como favoritos e plebeus, não existindo direito próprio algum do administrador sobre o cargo, nem tampouco seleção profissional ou honra estamental para o funcionário. A dominação patriarcal é o tipo mais puro de dominação tradicional. Nela, a fidelidade é inculcada pela educação e pelo hábito nas relações, de forma que a associação doméstica constitui uma célula reprodutora das relações de domínio.

Na estrutura estamental os servidores não são propriedade do senhor, mas sim pessoas independentes, embora estejam investidos em seus cargos por privilégio ou concessão daquele. A administração, ainda que limitada, é exercida por conta própria e, por isso, falta a categoria “disciplina”. É a dominação estamental, na qual as relações são reguladas por meio da tradição, do privilégio, das relações de fidelidade feudais ou patrimoniais, pela honra e pela “boa vontade” – diz Weber.

Weber (1979) aponta ser comum a todas as formas de dominação tradicional a coexistência da esfera de atividade ligada à tradição com a da atividade livre. Na administração, o direito formal é substituído pelo predomínio de princípios materiais, e os litígios são resolvidos pelo patriarca, assim como o senhor patrimonial, preso estritamente à

tradição ou, na medida em que esse vínculo deixa liberdade, conforme pontos de vista informais e irracionais de equidade e justiça, considerando-se os casos em particular e em consideração à pessoa.

Segundo Weber (1979) a separação entre as estruturas patriarcal e estamental da dominação tradicional é básica para toda a sociologia do Estado da época pré-burocrática. Nesse contexto, a administração por meio de plebeus livres situa-se relativamente próxima do sistema burocrático racional e o tipo estamental está representado na sua forma mais nítida na administração pela nobreza e, na sua modalidade mais pura, pelo feudalismo, que coloca a relação de lealdade totalmente pessoal e o apelo à honra estamental no lugar da obrigação objetiva racional devida ao próprio cargo.

Essa reflexão nos remete à análise que o gaúcho Raymundo Faoro faz em *Os donos do poder* (1987), que se constitui em uma obra considerada fundamental para a compreensão da formação sociopolítica brasileira. Faoro se refere a uma persistência secular da estrutura patrimonial. Trata-se do predomínio tradicional, que se configura no patrimonialismo pessoal e, quando tem origem o “estado-maior”⁴, se converte em patrimonialismo estatal.

O árbitro de toda a situação seria o que Faoro denomina “estamento burocrático”, conceito por ele criado e norteador de toda sua análise. De acordo com ele,

Há a burocracia, expressão formal do domínio racional, própria ao Estado e à empresa modernos, e o estamento burocrático, que nasce do patrimonialismo e se perpetua noutro tipo social capaz de absorver e adotar as técnicas deste como meras técnicas (1987, p. 738).

Segundo essa concepção, o domínio patrimonial constituído pelo estamento burocrático apropria as oportunidades econômicas de desfrute de bens, de concessões e cargos. Nessa interessante acepção do termo, o estamento burocrático não é impenetrável às mudanças. O patrimonialismo, possuidor de caráter flexível e estabilizador, se amolda perfeitamente às transições e mudanças,

[...] concentrando no corpo estatal os mecanismos de intermediação, com suas manipulações financeiras, monopolistas, de concessão pública de atividade, de controle do crédito, de consumo, de produção privilegiada, numa gama que vai da gestão direta à regulamentação material da economia. [...] Como realidade,

⁴ O conceito de “estado - maior” é utilizado por Faoro para designar o comando chefe, que se estende sobre o território, subordinando muitas unidades políticas; em contraposição a um governo sem um quadro administrativo, onde a chefia dispersa assume caráter patriarcal, identificável no mando do fazendeiro, do senhor de engenho e dos coronéis.

e, em muitos momentos, mais como símbolo do que como realidade, o chefe provê tutela aos interesses particulares, concede benefícios e incentivos, distribui mercês e cargos, dele se espera que faça justiça sem atenção às normas objetivas e impessoais (FAORO, 1987, p. 737-740).

Ao se entender a dominação como a forma como o poder é exercido, percebe-se que o conceito tem um papel estruturante na sociologia de Weber, uma vez que a dominação existiria em todas as esferas da vida social, influenciando toda sorte de ações sociais, oferecendo sentido a essas ações. Para Barbosa e Quintaneiro (1995, p. 123, grifo das autoras), “Nesse quadro, a realidade social aparece como um complexo de *estruturas de dominação*. A possibilidade de dominar é a de dar aos valores, ao conteúdo das relações sociais, o sentido que interessa ao agente aos agentes em luta.” Para as autoras, observa-se que em Weber o que mantém a coesão social e garante a permanência das relações sociais e a existência da própria sociedade é a dominação e a luta pelo estabelecimento de uma forma de dominação legítima, a partir de definições de conteúdos considerados válidos pelos participantes das relações sociais, marca a evolução das esferas da vida social e define o conteúdo das relações sociais no seu interior.

Todavia, as autoras ressaltam ainda que o surgimento do carisma podem romper as formas de dominação tradicionais ou racionais. A dominação carismática baseia-se em devoção afetiva à pessoa do ‘senhor’ e a seus dotes sobrenaturais, às suas faculdades mágicas, suas revelações a seu heroísmo, poder intelectual ou de oratória. O que se sobressai nessa relação é o extracotidiano, o sempre novo, causando emoção que leva à devoção pessoal. Nesse caso, obedece-se à pessoa do líder em função de suas qualidades excepcionais e não em virtude de seu cargo ou posição, e somente enquanto subsiste o carisma.

No caso da dominação carismática, o quadro administrativo sustenta-se em vocações pessoais e não na qualificação, como exigido do funcionário na burocracia, nem em relação à posição, como no estamento, nem na dependência pessoal, como no caso do quadro administrativo patriarcal.

Os conceitos de poder e dominação da teoria weberiana não poderiam ser abarcados neste ensaio, senão de forma sumária, visando a uma discussão que permita melhor compreensão, sobretudo, em relação ao viés sociológico adotado e, por isso, o Capítulo 3, a seguir, busca o delineamento metodológico na análise da obra *Chegou o governador*, a partir da compreensão dos conceitos aqui apresentados.

CAPÍTULO 3

METODOLOGIA: A DIMENSÃO SOCIAL COMO FATOR DE ARTE

A partir de suas abordagens Bernardo Élis compõe quadros em que reconstrói a frágil estrutura social em que a figura dos fracos e oprimidos aparece sob o predomínio do poder dos oligarcas temidos e respeitados em toda a região. A constante presença da realidade histórica faz com que suas obras se apresentem composta de indivíduos, ações e situações que possibilitam a compreensão de tempos e lugares, sob uma ótica singular, que possibilita leituras distintas das questões sociais, políticas, antropológicas e religiosas, numa literatura carregada de significativos componentes de análise, que permitem a apreensão de relevantes aspectos da vida em Goiás.

Para um estudo desse tipo, são consideradas, como objeto de análise, as enunciações e/ ou imagens construídas pelo autor acerca do contexto específico e, assim, se apreende a cultura portadora do universo simbólico, como o vértice, a partir do qual se compreende a realidade social.

A reflexão situa-se no enfoque do imaginário contido na literatura enquanto manifestação cultural, considerando que esta forma de expressão, ao permitir a apreensão da vida social, se torna, dentre as artes, a mais favorável à Sociologia, como objeto de estudo, já que, segundo Castoriadis (1991), onde primeiro o simbólico é encontrado é na linguagem. Para este autor, as significações imaginárias têm a função de responder às indagações da sociedade, à medida que esta inventa e define novas formas de responder às suas necessidades e à medida que também cria novas necessidades. Assim é que, ao reconhecer as necessidades como elaborações culturais e a cultura como portadora do universo simbólico, é possível tomar a literatura como um objeto por meio do qual se faz possível a compreensão da vida social.

A proposta é de, a partir do resgate das representações configuradas no imaginário de Bernardo Élis, analisar o discurso literário expresso em *Chegou o governador* (1998), destacando as relações de poder e dominação que permeiam a estrutura social vilaboense. Tem-se como objetivo demonstrar a importância da literatura como forma de reconstrução da realidade, bem como demonstrar a possibilidade de utilização desse caminho para a construção do conhecimento dos fenômenos socioculturais e, sobretudo, aplicar esse conhecimento à realidade regional, de forma a contribuir para o entendimento de alguns aspectos da sociedade goiana e da região em que está inserida. Além disso, possibilita a compreensão da dinâmica de formas específicas de relações sociais configuradas na antiga Vila Boa, de forma a avançar para o quadro nacional por meio da análise da inserção da região nesse contexto, enfatizando as singularidades regionais.

A dinâmica das relações de poder e dominação foi a temática suscitada pela obra do autor para o exercício de reflexão sociológica e literária, uma vez que revela grande sensibilidade para a questão da dominação e suas consequências para a perspectiva de vida

dos indivíduos no “coração do Brasil”. Seus romances e contos rurais ou urbanos são, segundo seus analistas, obras que caracterizam as mazelas, dores, estupidez e tragédias de uma sociedade marcada pela desigualdade, pela hierarquização e por relações pautadas pelo abuso do poder.

Chegou o governador é o que se pode considerar um romance urbano, que funde de forma equilibrada história e ficção. De acordo com Linda Hutcheon, “[...] no século XIX a História e a Literatura eram consideradas como ramos de uma mesma árvore do saber, uma árvore que buscava interpretar a experiência, com o objetivo de orientar e elevar o homem” (1991, p.141), mas esta separação foi contestada com o decorrer do tempo devido, sobretudo, ao fato de que História e Literatura têm em comum vários aspectos que se entrelaçam, como a verossimilhança, o fato de ambas serem constructos linguísticos, de se apresentarem em formas narrativas com intertextualidade.

Em *Chegou o governador* a ficção se afirma sobre o fato histórico sem, no entanto, estar comprometida com a verdade documentada, dessa forma, verossímil, ainda que não verdadeira. Com o cuidado meticuloso em levantar os dados para seu trabalho, Bernardo Élis transfigura os fatos da realidade e os vínculos históricos e políticos se entreveem na construção do enredo, resultando daí o referido equilíbrio. A imprecisão dos limites entre o fato real e a ficção deixa, em vários momentos, a impressão de que o autor deixa-se levar mais para a pesquisa histórica do que para literatura, parecendo nele coexistir dois gênios criadores: um ficcionista e um historiador. Por isso, considera-se *Chegou o governador* um romance de reconstrução histórica em que o episódio recriado apresenta como cenário a antiga Vila Boa, hoje Cidade de Goiás (mais comumente chamada de Goiás Velho), à época uma pequena província portuguesa, escondida no “coração” do país.

O romance se desenvolve em torno da figura do novo governador da capitania, recém-enviado pela Coroa Portuguesa. Trata-se de um jovem conde (Conde de Palma), e o enredo trata de suas atividades políticas e de seu envolvimento amoroso com a também jovem, porém plebeia, Ângela Ludovico. É no relacionamento entre o herdeiro das casas nobres de Sabugal e de Palmas e a vilaboense Ângela que se origina a polaridade do romance, em que as diferenças e conflitos sociais fazem de todas as personagens, ao mesmo tempo, dominantes e dominadas. Daí se origina a estrutura social retratada por Bernardo Élis, que remete ao tipo de sociedade que lá existia no que tange, tanto aos aspectos físicos quanto aos socioculturais.

A análise das relações de poder e dominação possibilita observar como o autor organizou todos os elementos para dar ao leitor a impressão de uma verdadeira recriação, numa viagem de volta ao passado. Os caminhos que se abrem ao cumprimento da proposta são delineados, a princípio, pelas perspectivas da Sociologia da Cultura, e um de seus expoentes é Antônio Candido que, no que se refere aos estudos que analisam a relação entre a obra e seu condicionamento social, afirma em *Literatura e sociedade* (1967) que, em algumas vertentes procurou-se mostrar que o valor e o significado de uma obra dependiam dela exprimir ou não aspectos da realidade.

Depois se chegou ao oposto, procurando-se demonstrar que a matéria de uma obra é secundária e que sua importância deriva das operações formais postas em jogo. Nesse caso, é

sua maneira particular que a torna, de fato, independente de quaisquer condicionamentos, sobretudo social, considerado inoperante como elemento de ação. Não se pode, de acordo com Antônio Candido (1967), dissociar tais visões. A obra só pode ser entendida fundindo *texto* e *contexto*, de forma que os dois pontos de vista se combinam como momentos necessários ao processo interpretativo. O externo (social) não importa, nem como causa nem como significado, mas como elemento que desempenha um papel na constituição da estrutura da obra, internalizando-se, portanto.

Quando se trata de crítica literária, o que interessa é averiguar que fatores atuam na organização interna, de maneira a torná-la uma estrutura peculiar, de forma que a análise crítica pode ser considerada, segundo Candido (1967), como a procura de elementos responsáveis pelo aspecto e pelo significado da obra, unificados para se tornarem um todo indissolúvel. Assim, apontar as dimensões sociais evidentes em qualquer estudo histórico ou crítico é tarefa de rotina, e não basta para definir seu caráter sociológico. Isso só é possível nas camadas mais profundas da análise, quando o traço social constatado é visto funcionando para formar a estrutura da obra.

Tem-se, então, que uma análise que leva em conta o elemento social e, ao estudá-lo, como fator da própria construção artística e no nível explicativo, chega a uma interpretação estética que assimila a dimensão social como fator de arte. Quando isso se dá, ou seja, quando o elemento social interfere na constituição do livro ao lado de outros elementos, o externo torna-se interno e a crítica deixa de ser sociológica para ser apenas crítica. A estrutura, assim constituída, passa a ser ponto de referência e, não se importando com as divisões, para o crítico tudo se transforma *no fermento orgânico de que resultou a diversidade do todo*.

Agora, a importância de cada fator vai depender do ponto de vista da análise, de forma que o ângulo sociológico não pode ser imposto como o único critério. Cabe ao crítico a escolha do elemento de sua preferência, desde que o utilize como componente da estruturação da obra. Assim, a crítica moderna supera o que Candido (1967) chama de sociologismo crítico (a tendência devoradora de tudo se explicar por meio dos fatores sociais), tornando a orientação sociológica, sem dúvida, sempre possível e legítima.

Candido (1967) ressalta que o tratamento externo dos fatores externos pode ser legítimo, quando se trata de sociologia da literatura, porque esta não se propõe à questão do valor da obra e interessa-se por tudo o que é condicionamento, de forma generalizada, pois não se pode aferir a obra com a realidade exterior para entendê-la, sem correr o risco de uma perigosa simplificação causal. O fato é que, uma coisa é dizer que a literatura depende de fatores sociais e outra é afirmar que tais fatores interferem diretamente nas características essenciais de uma obra específica.

Em sua perspectiva, Candido (1967) demonstra a necessidade de se ter o cuidado de considerar os fatores sociais como formadores da estrutura da obra e que assim, juntamente com outros fatores, são decisivos para a análise literária. O que ele pretende é focalizar aspectos sociais que envolvem a vida artística e literária em seus diferentes momentos e, com isso, contribuir para um gênero de estudos que teria permanecido insatisfatório. Segundo Candido, a Sociologia não pretende explicar o fenômeno literário ou artístico, mas sim

esclarecer alguns dos seus elementos, de forma que tendências mais modernas se preocupam, dentre outros aspectos, com as influências do meio sobre a obra.

Cândido apresenta seis tipos mais comuns de estudos sociológicos em literatura: um primeiro tipo, formado por trabalhos que procuram relacionar o conjunto de uma literatura com as condições sociais de que é fruto. Tem sua maior virtude no esforço de discernir uma ordem geral que facilita o entendimento das sequências históricas e traça o panorama da época. É considerado um método tradicional, que tem como defeito a dificuldade de mostrar claramente a ligação entre as condições sociais e as obras.

Um segundo tipo seria o formado por estudos que procuram demonstrar em que medida as obras são o espelho do social ou a representação da sociedade em seus vários aspectos. Esse tipo de análise consiste basicamente em correlacionar os aspectos sociais reais com os que aparecem nas obras, prendendo-se mais à sociologia da literatura do que à crítica literária. Já o terceiro tipo é apenas Sociologia: consiste no estudo da relação entre a obra e o público a que ela se dirige.

Estudar a posição e a função do escritor é a função do quarto tipo, que procura relacionar a posição do autor com a natureza da sua produção e ambas com a organização social, sendo um estudo, portanto, quase exclusivamente dentro da Sociologia. O quinto tipo é desdobramento do anterior, e investiga a função política das obras e dos autores, em geral com o intuito ideológico marcado.

O sexto e último tipo, é voltado para a investigação hipotética das origens da literatura em geral ou mesmo de determinados gêneros. Esse tipo de estudo está preocupado com as *raízes sociais* da obras, ou seja, dos assuntos que tais obras abordam.

Segundo o autor, todas essas modalidades bem como suas variantes, são legítimas na medida em que são tomadas não como crítica – que possui uma orientação estética –, mas como teoria e história sociológica da literatura ou como Sociologia da Literatura, pelo fato de que nelas pode ser percebido o interesse para os elementos sociais que influíram na elaboração das obras ou mesmo que determinaram sua importância e função na sociedade.

O entendimento de quatro desses tipos é fundamental para o tipo de estudo aqui proposto: o primeiro, o segundo, o quarto e o sexto. A proposta de um levantamento no romance *Chegou o governador*, no sentido de resgatar as imagens e enunciações que ele apresenta como reconstrução do tema em questão, considerando a estrutura social e as relações de poder e dominação que estas permeiam, tem o objetivo inicial estabelecer um diálogo com os dados históricos referentes a Goiás, de maneira a perceber a influência do contexto em seu discurso e, assim, atendendo às quatro modalidades selecionadas na teoria de Cândido (1967), proceder à análise sociológica propriamente dita, pelo interesse nos aspectos da vida social retratados pelo autor.

Outra perspectiva clássica que subsidia o estudo é a de Karl Mannheim (1960), para quem o pensamento de cada grupo é determinado situacionalmente, de acordo com suas condições de vida, que são fruto de um processo histórico. De acordo com ele, os processos mentais têm uma dimensão social e é à Sociologia do Espírito que cabe a tentativa sistemática

de articular o caráter social desses processos, de forma que o “eu” deve ser pensado como inserido numa teia de relações e sua personalidade, como um processo contínuo de integração, pois, segundo este autor, “[...] reconhecer que o indivíduo é o foco da realidade não é o mesmo que pensar o ‘eu’ como entidade isolada: para compreender seu comportamento é preciso conhecer as constelações nas quais age.” (1960, p. 35).

Dessa forma, segundo o autor, pode-se compreender a controvérsia entre os nominalistas e os universalistas, concedendo aos primeiros a responsabilidade em afirmar que o indivíduo é o centro da realidade e que a realidade grupal é derivativa, e ao mesmo tempo insistir que abordar o indivíduo através do grupo é mais eficaz que a abordagem direta.

Nessa mesma linha está a postura metodológica de Bourdieu (2001), conhecida como conhecimento *praxiológico*, que se fundamenta na necessidade das investigações empíricas superarem duas perspectivas consideradas inconciliáveis: a *subjetividade* e a *objetividade*. Esse tipo de abordagem parte do pressuposto de que os agentes sociais têm apreensão ativa do mundo, podendo construir visões de mundo de forma a contribuir de maneira operante para a conservação ou transformação da sociedade em que vivem. Assim, considera que os agentes, na formação de suas estruturas mentais, incorporam ativamente as estruturas sociais e são orientados por elas, contrapondo-se então a um determinismo social e a um voluntarismo individual, de forma que a cisão entre indivíduo e sociedade é considerada, por ele, uma redução das possibilidades de compreensão do indivíduo e do grupo social do qual é membro, por opção própria ou por imposição das circunstâncias.

A Sociologia do Espírito de Mannheim (1960) visa abarcar não somente o pensamento discursivo, mas também toda a gama de expressões simbólicas que são geradas e transmitidas. Nessa perspectiva, tudo é conhecimento. O complexo cultural, porém, só pode ser compreendido através dos atos inter-relacionados do par *pensamento* e *ação*, já que os processos mentais e as ações deles derivadas constituem um processo único.

O que o autor pretende é compreender o movimento social através da cultura – compreender o mecanismo social de motivação das ideias, ou seja, as aspirações sociais contidas em dadas expressões de pensamento. Sua pretensão é estudar os mecanismos que governam as ações sociais e que fazem com que estas e os processos mentais permeiem-se mutuamente. Para ele, as ideias são reações motivadas a situações dadas e justamente por isso é que um conjunto de imagens traz em si elementos da situação em que foi concebido.

Em suma, sua proposta é visualizar a dimensão social da mente a partir de um método para descobrir as situações da ação, as estruturas de grupo e as escolhas que, de um modo ou de outro, estão envolvidas nas expressões de sentido. E, na medida em que as situações sociais são componentes de todos os atos mentais, a partir da Sociologia do Espírito, Mannheim (1960) propõe os seguintes passos:

1º *Examinar as expressões documentadas de pensamentos, sentimento ou gosto*, para que se revele seu sentido inerente ou pretendido:

– neste caso, a análise das imagens que o autor transpõe para sua obra ou enunciações que constrói tem o sentido de revelar o sentido inerente ou

pretendido, configurado em suas expressões de pensamentos, sentimentos ou gosto.

2º *Estabelecer toda a gama de relações sociais nas quais essas expressões são concebidas e realizadas*, com especial atenção às escolhas e à ordem de preferências implicitamente manifestadas pelas ações dos participantes de uma dada situação:

– a proposta aqui é de resgate da situação histórico-social do autor, de forma a apreender as características do contexto em que estava inserido. O mais viável é a consulta a referências que remetem a dados da história de Goiás e também trabalhos já realizados que retratem sua história de vida e outras possíveis fontes que se remetem às suas relações com o mundo. Pretende-se, dessa forma, perceber de que maneira esse envolvimento interferiu na natureza das representações que produziu.

3º. *Analisar o conteúdo das manifestações e retomar no contexto, restauração da interação original*, de modo a tecer indagações sobre sua validade ou veracidade intrínsecas, reconstituindo-se por completo seu significado situacional:

– observando-se os passos anteriores para validar as hipóteses e atingir os objetivos, realiza-se a análise sociológica do conteúdo das manifestações produzidas pelo autor, referentes à dinâmica das relações de poder e dominação característica da sociedade goiana. Aqui se dá, nas palavras de Antônio Candido (1967), o diálogo entre texto e contexto.

Ressalte-se, porém, a perspicácia necessária à operacionalização da metodologia proposta, já que, de acordo com Mannheim (1960), a aplicação efetiva do método de análise requer certa criatividade e sensibilidade por parte do pesquisador, uma vez que é preciso contar igualmente com uma capacidade de reconstruir o conceito total das coisas, com uma disposição para recusar uma visão sintética, se esta não se ajustar aos fatos. E diz, ainda, que a coleta paciente e o uso crítico dos dados devem complementar e controlar o exercício da intuição. O que ele explica a partir de uma metáfora, dizendo que tijolos e cimento sem a intervenção do pedreiro e do arquiteto não constituem um edifício, da mesma forma como uma estrutura histórica, para ser reconstruída em seus elementos, necessita de um projeto que harmonize as peças numa configuração significativa. Muitas vezes, é preciso “juntar” os dados que se encontram diluídos e, como se fossem mesmo tijolos ou pedras, ir colocando uns sobre os outros, para formar a estrutura daquilo que comumente se chama de “obra”.

Esse tipo de abordagem parte do pressuposto de que os agentes sociais têm apreensão ativa da realidade, podendo construir visões de mundo de forma a contribuir para a conservação ou transformação da sociedade em que vivem. Assim, considera que as estruturas mentais dos agentes são ativamente motivadas pelas estruturas sociais e são orientadas por elas, de forma que a cisão indivíduo/sociedade é considerada um reducionismo. Ideias e ações fazem parte de um mesmo processo. Desse modo, através dos processos mentais, pode-se aproximar, segundo Mannheim, do contexto de ação que as motivaram.

Romances históricos, principalmente aqueles com fiéis inclinações à pintura e que, por vezes demonstram minúcia para com a descrição dos detalhes, de forma a dar às várias passagens a impressão de um quadro ou um retrato em que o leitor perceba cada movimento que compreende as ações das personagens. Tudo é cuidadosamente encadeado, de forma que o estabelecimento das relações entre traços e detalhes propicia o poder de convicção da obra de ficção que tem por característica o fundamento histórico, de modo que, cada traço assume um sentido em função de outros, fazendo com que a estrutura apresente-se verossímil, infundindo vida às personagens.

CAPÍTULO 4

PODER E DOMINAÇÃO EM VILA BOA

Analisar o discurso literário bernardiano em *Chegou o governador*, destacando as relações de poder e dominação, impõe a necessidade de compreensão da personagem do romance como um espelho do homem e de sua condição, ressaltando a influência do contexto retratado.

O diálogo entre o texto e o contexto, orientado pelas perspectivas de Antônio Candido e Mannheim, pode ser feito a partir das personagens do romance, considerados como fios condutores para a apreensão das significações que remetam ao diálogo com as teorias que possibilitem compreender a dimensão sócio-histórica da obra. Para tanto, é preciso buscar amparo nas teorias acerca da personagem e na ideia de que a narrativa é amplamente influenciada pelas intenções de seu criador e, a partir disso, demonstrar de que forma a análise das principais personagens da obra retoma os acontecimentos de um lugar e de uma época.

A caracterização da personagem do romance

[...] a personagem é um ser fictício; logo, quando se fala em cópia do real, não se deve ter em mente uma personagem que fosse igual a um ser vivo, o que seria a negação do romance.

Antônio Candido

No âmbito da literatura, pessoa e personagem são distintas no sentido de que a primeira é objeto do meio, concreta e histórica, ao passo que a segunda é transfiguração do objeto do meio, abstrata e atemporal. Pessoa restringe-se apenas ao fato existencial, enquanto personagem limita-se à predominância do pensamento e da ação de determinada pessoa inventada, cujas provocações são produtos ativos ou passivos no meio de que é parte. Pessoa não vai além do corpo físico vivo, com propriedades sensitivas, emotivas e intelectivas. Personagem é a reinvenção de pessoa que exerce atributos, podendo ser a expressão de uma infinidade de ‘representações’, assim como sistemas ou formas de governo, poder, instituições, moda, arte, culinária, cultura de determinada povo ou época, fenômenos naturais, trechos geográficos, concepções políticas, ideologias, teorias etc. A personagem é a humanização de seres, construída pelo autor, por meio dos recursos da linguagem, com intencionalidade determinada.

Segundo Brait (1987), até meados do século XVIII, os teóricos que trataram de esclarecimentos sobre personagem foram influenciados pelo conceito de ‘mimesis’ de Aristóteles, sob a concepção da tese ético-representativa de sua teoria. Conforme Brait,

No início desse percurso situa-se Horácio, o poeta latino que em sua *Ars poetica* divulga as idéias aristotélicas e reitera as suas proposições. No que diz respeito à personagem, Horácio associa o aspecto de entretenimento, contido pela literatura, à sua função pedagógica, e consegue com isso enfatizar o aspecto moral desses seres fictícios. De certo modo, a concepção de personagem divulgada pelo pensador latino contribui de forma significativa para que se acentue o conceito de imitação propiciado pelo termo *mimesis* para a reinstauração da finalidade utilitária da arte, entrevista em Aristóteles (1987, p. 35).

Brait (1987) assegura que, a partir da segunda metade do século XVIII, entra em declínio a concepção aristotélica e horaciana, substituída por uma visão psicológica, concebendo a personagem como ‘a representação do universo psicológico do seu criador’. O romance dedica-se à análise das paixões e dos sentimentos humanos, à sátira social, à política e à filosofia. ‘Os seres fictícios não são mais vistos como imitação do mundo exterior, mas como projeção da maneira de ser do escritor’. Em todos os casos, a personagem continua sendo um ser antropomórfico, cujos parâmetros de avaliação relacionam-se com o ser humano.

Aponta Brait (1987) que, no início do século XX, em razão da crítica literária sistematizada e do diálogo acerca das especificidades da narrativa, nova concepção de personagem é instaurada por Lukács, com a obra *Teoria do romance*, publicada em 1920, na qual o romance foi relacionado com a concepção de mundo burguês e a narrativa passou a ser encarada como o lugar de confronto entre o herói problemático e o mundo do conformismo e das convenções.

Conforme Brait,

O herói problemático, também denominado demoníaco, está ao mesmo tempo em comunhão com o mundo e em oposição ao mundo, encarnando-se num gênero literário, o romance, situado entre a tragédia e a poesia lírica, de um lado, e a epopéia e o conto, de outro. Nesse sentido, a forma interior do romance não é senão o percurso desse ser que, a partir da submissão à realidade despida de significado, chega à clara consciência de si mesmo. (1987, p. 39)

Assim, essa nova concepção, apesar de fugir às repetições do legado aristotélico e horaciano, submete a estrutura do romance e, conseqüentemente a personagem, à influência determinante das estruturas sociais. Todavia, a personagem continua sujeita ao modelo humano.

Para Brait, “Ao encarar a personagem como *ser fictício, com forma própria de existir*, os autores situam a personagem dentro da especificidade do texto, considerando a sua complexidade e o alcance dos métodos utilizados para apreendê-la.” (1987, p. 51, grifos da autora). A partir disso, entende-se que o escritor constrói as personagens que deseja, sejam elas resultantes de sua vivência real ou imaginária, resultado de sonhos, pesadelos, mesquinhas da rotina diária, sua materialidade só pode ser exposta por meio da linguagem capaz de evidenciar sua presença, seus movimentos, sentimentos e pensamentos e sonhos, de modo a ser possível identificar numa narrativa como o escritor deu forma e função às personagens, sejam elas encaradas como pura construção linguístico-literária ou espelhos de seres humanos.

Em *A Personagem de Ficção*, Anatol Rosenfeld, trata de questões de literatura e personagem afirmando que:

A ficção é um lugar ontológico privilegiado: lugar em que o homem pode viver e contemplar, através de personagens variadas, a plenitude da sua condição, e em que se torna transparente a si mesmo; lugar em que, transformando-se imaginariamente no outro, vivendo outros papéis e destacando-se de si mesmo, verifica, realiza e vive a sua condição fundamental de ser autoconsciente e livre, capaz de desdobrar-se, distanciar-se de si mesmo e de objetivar a sua própria situação (2002, p. 48).

É na ficção que o leitor sai de si mesmo para se abordar, não como à semelhança de sua própria imagem ao espelho ou fotografia, mas como existência complexa, em permanente transformação. A leitura da ficção permite ao leitor, em todas as idades, situar-se no mundo a sós ou com tudo aquilo que constitui o seu exterior, estabelecendo uma profunda relação entre o que lhe parece real e as infinitas possibilidades de mudanças, dentro do imaginário ou fantasias dos espaços, tempos e ações.

Rosenfeld (2002) destaca que os textos ficcionais se esforçam para particularizar, concretizar e individualizar os contextos objectuais de forma a dar uma aparência real à situação imaginária, revelando assim a intenção ficcional, pois, para ele, “[...] graças ao vigor dos detalhes, à ‘veracidade’ de dados insignificantes, à coerência interna, à lógica das motivações, à causalidade dos eventos, etc., tende a constituir-se a verossimilhança do mundo imaginário.” (2002, p. 20-21).

Então, o escritor, o gênio criador, apreende a realidade de acordo com suas percepções, sua visão de mundo, sua intencionalidade subjetiva, sua capacidade crítica e, com sentimentos e imaginação, a torna concreta e perceptível. O autor implícito de Booth (1980), na figura do narrador fictício, bem como o historiador, desdobra-se imaginariamente, manipulando a função narrativa. E, como diria Castoriadis (1991), as significações imaginárias têm a função de responder às indagações da sociedade, na medida em que esta inventa e define novas formas de responder às suas necessidades e à medida que também cria novas necessidades. Porém, o primeiro, diferentemente do segundo, não narra sobre - acerca - de pessoas, eventos e estados; narra, de maneira intencional personagens, eventos e estados, característica marcante nos romances de representação histórica tal qual *Chegou o governador*, do goiano Bernardo Élis, *corpus* dessa análise.

Aristóteles, em *Poética*, foi o primeiro a estabelecer diferenças entre Poesia e História, afirmando que

[...] não é ofício do poeta narrar o que aconteceu; é, sim, o de representar o que poderia acontecer, quer dizer: o que é possível segundo a verossimilhança e a necessidade. Com efeito, não diferem o historiador e o poeta por escreverem verso ou prosa [...], sim, em que diz um as coisas que sucederam, e outro as que poderiam suceder. Por isso, a poesia é algo de mais filosófico e mais sério do que a História (1979, p.145)

Os romances como *Chegou o governador* são, todavia, diferentes dos escritos de um historiador. Este pode, em seus escritos e em seus juízos, referir-se somente a objetos que ele apreende de “fora”, pela sua percepção baseada em dados e documentos. O gênio criador, ou seja, o romancista, que narra suas personagens, as conhece de dentro em suas intimidades, limitações e desejos mais profundos; e as imagens que ele descreve são detalhadas em pormenores que só o gênio que as criou pode narrar.

Observe-se como Bernardo Élis, na figura de um narrador onisciente, revela a imediata impressão do governador diante de Ângela: “No íntimo, admirava-se de encontrar tão belo espécime humano naquele deserto, sem poder dominar a emoção.” (CG, 1998, p. 10). Aqui Élis associa, antes de lançar mão do discurso do governador, os

elementos *deserto* e *tesouro*, a contrastarem, respectivamente: *hostilidade* com *preciosidade*; e ainda, espécime e humano, a contrastarem, respectivamente: *animalidade* com *humanidade*. E ainda, em ‘sem poder dominar a emoção’, o autor flagra o personagem, por um momento na condição de dominado, talvez pelo amor, talvez pela alegria, para não mencionar a possibilidade do medo do confronto ou da tristeza precoce da perda.

Como salienta Hayden White:

Os historiadores se ocupam de eventos que podem ser atribuídos a situações específicas de tempo e espaço, eventos que são (ou foram) em princípio observáveis ou perceptíveis, ao passo que os escritores imaginativos – poetas, romancistas, dramaturgos – se ocupam tanto desses tipos de eventos quanto dos imaginados, hipotéticos ou inventados (1994, p. 137).

Assim, abarca-se o romance como a transfiguração da vida e, no caso específico da análise de *Chegou o governador*, resgatam-se as representações sociais por ele construídas acerca da estrutura social e das relações de poder e dominação que a permeiam, de forma a abarcar o urbano da antiga Vila Boa como ponto de encontro das relações de poder de segmentos que nem sempre são do Estado.

Ao reconhecer que a personagem abarca fragmentos do “ser real” que ela representa, quando se trata de uma personagem retirada do real, ressalta-se que ela nunca poderá abarcá-lo em sua totalidade sem correr o risco de se perder o caráter ficcional baseado na intenção imaginativa e criadora do gênio. A visão da realidade é fragmentária, limitada e faz com que os aspectos reais retratados pela ficção sejam sempre configurados da mesma forma.

Embora a personagem pareça o que há de mais vivo em um romance, ela é um ser fictício, como assevera Candido,

[...] a criação literária repousa sobre este paradoxo, e o problema da verossimilhança no romance depende desta possibilidade de um ser fictício, isto é, algo que, sendo uma criação da fantasia, comunica a impressão da mais lídima verdade existencial (2002, p. 55).

Fato é que o conhecimento é sempre imperfeito, composto por fragmentos e elaborado, na maioria das vezes, por meio de gestos, atos, informações internalizadas através da percepção sensorial. Em suma, tem-se capacidade de abranger muito mais facilmente elementos da configuração externa dos seres do que elementos de sua personalidade e intimidade. Os aspectos psicológicos são, todavia, mais facilmente identificáveis no romance em estudo, pelo fato de o leitor ser levado a ter, da personagem, a imagem que é criada e estabelecida pelo ficcionista, através dos recursos de caracterização. Trata-se, assim, da possibilidade de maior precisão na identificação das características do ser fictício do que quando se trata de seres com os quais se compartilha a existência.

O romancista leva o leitor para o interior da personagem, já que esta é criação dele e não cópia fiel do real, considerada impossível por se tratar de ficção. O romance pode ser, é claro, baseado em dados históricos, mas a intervenção imaginária do criador a tais dados, revelando sua intencionalidade subjetiva faz com que o romance histórico se diferencie de um escrito que registre dados históricos fielmente, baseando-se em provas.

Todavia, em ambos os casos, o autor está sempre presente, fala e se apresenta por meio de suas personagens, como diz Booth (1980, p. 38): “[...] o juízo do autor está

sempre presente, é sempre evidente a quem saiba procurá-lo [...]” e por mais que procure em certa medida, escolher seus disfarces, nunca consegue desaparecer.

De acordo com Antônio Candido (2002), em seus estudos sobre a personagem do romance, se esta pretender ser igual à vida, fracassará, e uma personagem que fosse igual a um ser vivo seria a negação do romance. A partir do elemento imaginativo intencional, o romancista se afasta do real, criando um mundo próprio, que nem sempre corresponde àquele. Embora nasça do real, nesse mundo criado, o essencial é sempre inventado, imaginado a partir do exercício de memória do escritor.

Candido (2002) baseia-se na ideia de que o aproveitamento do real é feito sempre através da modificação, já que o romance transfigura a vida. Assim, as personagens são sempre resultantes de um universo inicial que, além de limitá-las, fornece-lhes as características comuns a todas elas, como é o caso em *Chegou o governador*, romance em que, segundo seu autor, figuram ações e situações reais e fictícias, na tentativa de reproduzir a pátria distante no perdido centro urbano da antiga Vila Boa.

Sabe-se que a personagem depende em grande parte da concepção que orienta o romance e das intenções do seu criador, de acordo com sua finalidade na estrutura e organização interna da obra. Assim, no plano crítico, no que se refere às questões de verossimilhança:

O aspecto mais importante para o estudo do romance é o que resulta da análise de sua composição, não da sua comparação com o mundo. Mesmo que a matéria narrada seja cópia fiel da realidade, ela só parecerá tal na medida em que for organizada numa estrutura coerente (CANDIDO, 2002, p. 75).

A questão da organização interna da obra apresenta-se relevante pelo fato de que, dada a impossibilidade de descrever a totalidade de uma existência física, é de suma importância o trabalho de seleção dos traços, fragmentos constitutivos de um dado contexto ou personagens. Tais fragmentos, reunidos numa organização coerente, são a fonte decisiva da verdade dos seres ficcionais.

Sobre este aspecto, Candido ainda argumenta que:

Os romancistas do século XVIII aprenderam que a noção de realidade se reforça pela descrição de pormenores, e nós sabemos que, de fato, o detalhe sensível é um elemento poderoso de convicção. A evocação de uma mancha no paletó, ou de uma verruga no queixo, é tão importante, nesse sentido, quanto a discriminação dos móveis num aposento, uma vassoura esquecida ou o ranger de um degrau (2002, p. 79).

Em *Chegou o governador*, Bernardo Élis, por mais de uma vez, demonstra seu cuidado para com a descrição dos detalhes, de forma que algumas passagens aparecem ao leitor como um retrato vivo, numa inebriante dança de cores. Vejamos a descrição dos detalhes da vestimenta do jovem conde, na passagem em que ele conhece o primeiro dos dois filhos, fruto de seu romance com a plebeia Ângela:

Vestia longa sobrecasaca castanho-escura, de larga lapela coberta de cetim de grossas listras coloridas, deixando entrever a camisa de pequeninas pregas rendadas e a gravata quase branca; as caças justas, claras, metiam-se numa botinha apertada. À cabeça equilibrava um chapéu alto, talvez o primeiro a ser visto na terra; na mão trazia um par de luvas e uma fina bengalinha dourada (CG, 1998, p.154).

Esta descrição focaliza ‘sobrecasaca’, ‘chapéu’, ‘botina’ e ‘bengalinha dourada’ simbolizando o poder de posse e de dominação, vislumbrando um conjunto de elegância, permeada pela sensualidade, nas ‘luvas’, ‘calças justas’ e ‘pregas rendadas’; entretanto, em “gravata ‘quase’ branca”, há uma ironia à honestidade e à fidelidade esperadas pela representatividade da cor branca. Este visual é um diferencial que põe o jovem governador em contraste com seus governados submissos, temerosos, inferiorizados e, aparentemente, apolíticos ignorantes.

O estabelecimento da relação entre traços de distinção ou semelhança propicia o poder de convicção da obra de ficção que tem por característica a recriação histórica, de modo que, cada traço assume um sentido em função de outros, fazendo com que a estrutura apresente-se verossímil, infundindo-se vida às suas personagens.

De acordo com Luís Palacín (1994), na sociedade colonial como em todas as do “Antigo Regime”, o princípio norteador não era o de igualdade para todos. Essa sociedade possuía características estamentais e nítidas diferenças sociais, sendo a principal delas a oposição livre e escravo. Em *Chegou o governador* a estrutura social está bem definida: o autor divide a sociedade de Vila Boa em segmentos diversos, sendo a segregação mais marcante a existente entre homens livres e escravos, porém, longe de ser a única.

Em todos os grupos travavam-se silenciosas ou declaradas competições entre machos e entre fêmeas pelos seus pares, sustentadas pelo poder de compra e pelo *status*, mas estimuladas por padrões de saúde e estética, em que a sensualidade e a sexualidade eram os fatores mais preponderantes convergindo ou divergindo as pessoas, independentemente de sua condição humana. Decorrente disso havia pardos e brancos, alguns ricos e, a maioria, na maior miséria e abandono, mas filhos ou netos anônimos ou declarados, de dignitários da melhor nobreza.

Os altos dignitários nomeados pelo reino de Portugal que vinham ou da corte ou da costa, nunca traziam esposa e aqui chegavam famintos de fêmeas. [...] o que faziam era escolher uma companheira dentre as mais belas e saudáveis mulheres existentes na Vila, fosse ela casada ou solteira, branca, preta ou mulata (CG, 1998, p.15-16).

Era chocante a pobreza e a miséria, especialmente dos negros seminus e desnutridos, contrastando o preto da pele com aqueles olhos grandes, brancos e suplicantes (CG, 1998, p.14). Entretanto, as mulheres negras ou mestiças de Goiás tinham um meio de se livrar da miséria material, mascarada de ascensão social: o concubinato com homens europeus, do poder público, comerciantes ou fazendeiros. “O que estava em perspectiva era melhorar a dieta, obter um amante que ganhasse melhor ou amasse melhor ou melhor soubesse enganar uma mulher com bonitas falas e brilhantes presentes.” (CG, 1998, p.14). O concubinato era a forma de sociedade familiar que não garantia à companheira nem aos filhos, o direito a títulos honoríficos ou a qualquer tipo de pensão ou herança material. A ausência da certidão de casamento ou de nascimento constando o nome do pai não conferia direitos de esposa à mulher mãe ou direito filial, nem mesmo ao sobrenome do ‘suposto’ pai, ao filho ou à filha.

Um homem podia amanhecer com uma concubina e, naturalmente, não anoitecer com ela, nem responder por quaisquer responsabilidades em relação a ela ou aos filhos que tivessem. É certo não haver, por preconceito, sobrenomes nem indígenas nem africanos e que os sobrenomes a exemplo de: *de Jesus, dos Santos, dos Anjos, das Dores, da Consolação, da Encarnação, do Espírito Santo, da Cruz, da Piedade, do Amparo* e outros, foram recursos advindos do catolicismo, a partir da influência dos Jesuítas no Brasil, para amenizar a impossibilidade da legitimação da herança do sobrenome do pai, em razão da negação do legado material ou por já estar legalmente casado com outra mulher. A relação na união matrimonial do tipo concubinato estava fundamentada, enquanto durasse, numa afetividade temporária baseada em interesses materiais e, especialmente, no instinto do macho à busca de uma fêmea. A esta era proibido declará-lo, entretanto, era também impossível ter garantias do controle de sua silenciosa manifestação.

O gosto de Bernardo Élis pela descrição demonstra com fidelidade e clareza, detalhes da narrativa que recria aspectos da velha capital, mas sempre com um tom de revelação da estrutura social, quando, por exemplo, a força do negro faz o papel da roda, do animal ou motor de tração. Isto fica claro neste trecho, em que Bernardo Élis narra a chegada de convidados para uma festa no palácio: “Com o cair da noite, começou a chegar gente. Para o salão entraram principalmente os que chegaram em suas cadeirinhas, serpentinhas ou palanquins conduzidos por negros adrede trajados, muitos já trazendo os archotes acesos (CG, 1998, p. 28). Em “adrede trajados”, percebem-se que os trajes dos negros eram usados propositalmente e, especialmente, para a ocasião, não para embelezar, proteger ou confortar a eles próprios, mas sim e exclusivamente em função de se apresentar perante seus senhores.

No registro do vestuário também é possível perceber a minúcia do pesquisador em apresentar os detalhes das roupas antigas, como nomes e tipos de pano já em desuso, bem como o modo diferenciado da vestimenta de acordo com a caracterização dos *status* das personagens descritas. Nas descrições dos trajes de Ângela e sua mucama Lídia, aprontando-se para ir à rua, são nítidas as diferenças do vestuário de ambas:

E Ângela chamou Lídia para ajudá-la a vestir-se. Botou um vestido de casa levemente rosado, de corpinho muito curto e mangas de enormes volumes, conhecidas como mangas de presunto. Tinha um toucado alto, enfeitado de plumas, levando na cintura uma espécie de rosário de grandes contas de ouro [...] Displícemente caído nos ombros, havia um xale claro, com fios dourados. Iria acompanhada de Lídia que levava saia de canga azul por cima de uma blusa de chita e um grande lenço branco dobrado em triângulo posto na cabeça (CG, 1998, p.106-107)

A vida do escravo não era fácil e seu regime de trabalho historicamente muito duro e desumano, sendo o tratamento por eles recebido relacionado à coisificação do ser. Foram sempre relegados a árduas jornadas de trabalho, castigos, expostos às mais variadas doenças e, dos males, talvez o pior: a falta de liberdade. Bernardo Élis retrata a realidade escrava na antiga Vila Boa em muitas passagens, porém em duas delas sua minuciosidade choca o leitor. Uma delas é a descrição da negrinha do palácio, preparando o banho do governador, quando

[...] entornava grandes baldes d'água cristalina na ampla bacia de cobre que reluzia ouros, ora se inclinava para tomar os baldes [...] dobrava o corpo e quase deixava entrever absconsas intimidades, protuberâncias e côncavos que acendiam os olhos e as glândulas do jovem governador faminto [...] A menina mexia para cá e para lá [...] no semblante uma cândida expressão de espanto ou de perplexidade diante do mundo, desse mundo talvez hostil para eles africanos, africanos tão estranhos para os brancos que eram donos do mundo, dos pretos, do ouro, do cobre, da água e de parte dos deuses e magos.

– Pronto – disse a negrinha ali parada perto da bacia cheia de água transparente e buliçosa. Será que esperava para qualquer outra providência? [...] O jovem governador deixou que a pretinha lhe tirasse a bata com que se vestia e assim nu, num momento quase de êxtase, tomou-a nos braços, sentiu contra suas carnes as carnes não escondidas pelo vestido grosseiro da escrava (CG, 1998, p. 74-75).

Nesta passagem, a condição existencial do jovem governador é, ao mesmo tempo, óbvia, segundo a teoria da escola literária *naturalista*, e contraditória, segundo a teoria da escola literária *romântica*, no momento em que toma a negrinha nos braços e a sente como um animal qualquer, sendo ele também um animal qualquer, cada qual com sua pele de pigmentação distinta, mas da mesma espécie – um macho e uma fêmea em cópula – único fato que busca legitimar a ambos como iguais.

A cena traz em si muitos elementos da dominação de um povo que se considera superior e a atitude da negra revela sua condição de objeto. Poderia ser também que ela, além de se portar como um objeto interessante – e porque não necessário naquele momento – aos olhos do governador, aspirasse também, por um instante que fosse, o contato com o homem mais importante da capitania. Porém, o autor implícito, na figura do narrador, não permite ao leitor conhecer o íntimo da escrava, nem seus sentimentos e desejos, assim como faz com os do governador. A “pretinha, escrava e filha da escrava da cozinha” é mostrada como um “bichinho” qualquer, sem direito sequer a um nome, a uma identidade, o que demonstra a capacidade do criador em retratar a condição da escrava na sociedade da época.

Em outra passagem, a mesma negrinha é, mais uma vez, vítima da dominação e da humilhação dos brancos. É quando Ângela, ao saber dos amores que o governador mantinha com uma pretinha escrava, pede à sua madrinha, espécie de governanta do palácio, que dê jeito na situação. A ela é, por Ângela solicitado, que a negra seja afastada do governador e enviada para longe, mas não sem antes receber uma boa lição. Ângela considerava a negra uma desavergonhada, o que não deixa de ser um paradoxo na narrativa, já que as aspirações de ambas, em parte, seriam as mesmas. Todavia, novamente o autor não permite conhecer os sentimentos da escrava, que aqui aparece coisificada diante da grosseria e do domínio da plebeia, demonstrando, mais uma vez, a hierarquia da cor como distintivo. Observe-se:

– Negra sem vergonha! Se você chegar perto do governador, eu te mando matar. Está ouvindo!

A negrinha permanecia imóvel e como que indiferente aos impropérios, o rosto baixo, os olhos rasgados de tragédia, enquanto Ângela continuava:

– Você não se enxerga, negra fedorenta! Com esta roupa horrível, com esses pés sujos, com essa canela de urubu! – E num gesto de incrível agilidade, desfechou na canela da escrava um pontapé com seu sapato de grosso solado. A negra gemeu de dor, seus olhos encheram-se de lágrimas e foi D. Aleixa que ordenou: – Saia, negra! Vá para a cozinha e me espere lá. – Nesse momento, na pele negra da canela da escrava riscava-se uma linha rubra de sangue brotado no lugar do coice da bela Ângela (CG, 1998, p.110-111).

Para a maioria dos colonizadores brancos, negros não eram chamados por nomes próprios, distintos. Chamavam a eles por *negro* e *negra*, ou por pseudônimos e suas variações comuns, as mais degenerativas possíveis. A morte, a mando de um “superior”, rondava a vida dos escravos. O “rosto baixo” era a postura que garantia a impossibilidade do confronto animalizado ou civilizado da leitura recíproca dos olhares, que poderiam ser contraditórios, verdadeiros ou falsos, atraentes ou repugnantes. “Se você chegar perto do ‘governador’...” mostra o artifício de dominação inconsciente de Ângela, quando pronuncia o substantivo designador da função social que o sujeito exerce: ‘governador’, ao invés de seu próprio nome de batismo: ‘Francisco’, porque evidenciaria muito sua condição fêmea rival da escrava, que até então, havia sido mais fêmea do que ela. Entretanto, de forma apelativa, o chute e os termos com os quais Ângela chama a escrava - ‘sem vergonha!’ ‘fedorenta!’, ‘roupa horrível’, ‘pés sujos’ e ‘canela de urubu!’ - acabam comprovando o pano de fundo da questão, ou seja, a luta entre duas fêmeas que disputam o mesmo macho. O castigo pôde ser ouvido pelos corredores na forma de “[...] ecos de gritos, de ais, de lamentos dolorosos, seguidos de estalar característico de chicotadas” (CG, 1998, p.112).

Foi a própria D. Aleixa, madrinha de Ângela, quem cuidou para que a escrava fosse enviada para o trabalho da roça, bem longe do palácio, como se pode ver na passagem a seguir:

– Pode estar sossegada, meu anjo. Vou dar uma lição nessa negrinha. Vou mandar ela para o melhor lugar que você possa imaginar. Ela irá para a fazenda real de Mossâmedes: vai ter que gramar no machado derrubando mato e na enxada no eito da roça.

Cheia de ódio como estava, Ângela não ria ouvindo a madrinha que continuou:

– Por lá estão os soldados, gente faminta de mulher que vai apagar o fogo desta desavergonhada para toda a vida (CG, 1998, p. 111).

Ângela é plebeia, porém branca e de família abastada, o que lhe confere o *status* de superioridade que ela demonstra em relação aos escravos, criados e mestiços, a quem ela, em muitos momentos da narrativa, trata com orgulho e despeito. Em passagem na página 36, Ângela refere-se aos cabelos de Mércia: “– Já ouvi de alguns nomes que seu único defeito é os cabelos.”, por serem “pixains”. Mulher de rico fazendeiro e desembargador aposentado, Mércia era considerada uma das mulheres mais belas da Capitania e, ao contrário de Ângela, sabia dançar. Este fora seu pecado: dançou com o recém-chegado governador, em festa de sua recepção. E como esse governador, interessado em Ângela, afirmara-lhe que as marcas da mestiçagem não tinham expressividade de “norma fixa” (CG, 1998, p. 36), confirma-se que *de direito*, a discriminação e o racismo estavam legitimados, mas que *de fato*, em sua concepção individual, pelo menos enquanto jovem apreciador do que é naturalmente belo e sedutor aos olhos dos homens, o interessante era o que lhe convinha e dava-lhe prazer aos sentidos.

Todavia, não só o desprezo da plebeia pelas pessoas de cor é marcante na narrativa; também o é seu interesse pela boa vida, por muitas vezes exposto pelo narrador como caracterização da personagem. Intrigada pela ausência do Alferes Jardim, seu quase noivo, ela refletia sobre coisas da nobreza:

O que contava é que o conde era um nobre; era pessoa da mais alta linhagem em Portugal. Era rico, jovem, educado, bonito, poderoso e lhe podia dar uma vida cheia de encantos e prazeres, viagens, presentes, enquanto o alferes nada disso tinha para oferecer (CG, 1998, p.42).

Seu pensamento acerca do casamento, inicialmente não diferia do das outras mulheres da Vila que, diante das adversidades:

Se não pudessem alcançar o capitão-general, alcançariam o ouvidor, ou o secretário do governo, ou algum padre, ou o simples soldado, o modesto meirinho. O que estava em perspectiva era melhorar a dieta, obter um amante que ganhasse melhor ou amasse melhor, ou melhor soubesse enganar uma mulher com bonitas falas e brilhantes presentes (CG, 1998, p.16).

“Que importância teria o casamento numa terra de amigados?”, pensava Ângela que, apaixonada, só queria aproveitar o momento de felicidade ao lado de seu nobre amante. Ademais, “[...] todas as mulheres iriam morrer de inveja e todas passariam a admirá-la até o desespero” (CG, 1998, p.106). Assim, o desejo pelo casamento surgia lentamente e, aos poucos, ela ansiava “[...] poder aparecer aos olhos de Vila Boa como aquela que conquistara o coração de D. Francisco, o moço nobre e poderoso chegado de Portugal.” (CG, 1998, p.135).

Esta é a trama principal da narrativa, originária da polaridade do romance, reveladora de outra divisão marcante: a separação entre nobres e plebeus, aqueles geralmente possuidores de herança européia e sangue “azul”. O romance mantido às escondidas entre o nobre governador e a plebéia brasileira que, por duas vezes, engravida dele, e o impasse de ambos diante do casamento demonstra tal distinção. Ela imbuída de determinação em lançar por terra os valores europeus que impediam sua total felicidade, saciando seus desejos, e seu amante acomodado diante do medo de infringir tais valores, de perder o patrimônio familiar ao transgredir as normas.

O narrador faz o mesmo com a caracterização da personagem de D. Francisco que, num primeiro momento, parece ao leitor estar apenas se aproveitando de sua condição para envolver sua amante, com quem o relacionamento furtivo dá origem ao primeiro, dos dois filhos do casal. Nesse momento da narrativa, é ele, o conde, que aparece envolvido de amores pela moça. É neste momento, porém, que ela lhe exige o casamento, mas, para sua insistência, a resposta vem de pronto: “– [...] eu sou nobre e tu não és.” (CG, 1998, p.155). A nobreza, enquanto *status*, dava ao sujeito o poder de “usar” a outrem de diferentes formas, sem gerar compromisso passível de reparação ou legalização judicial.

Era preciso esperar a chegada da família real no Brasil para, então, conseguir autorização para o casamento. Não se podia correr o risco de perder títulos e propriedades. A gravidez seria a maior motivação para o casamento, já que a família de Ângela fazia parte de uma exígua classe média existente na Vila, para a qual as regras morais se apresentavam mais rígidas. Esta classe,

[...] constituída de funcionários públicos (filhos da folha), civis e militares dos escalões médios-inferiores, dos pequenos comerciantes e artesãos – classe que era forçada a seguir severamente as prescrições legais e religiosamente as convenções sociais para não se verem desmoralizados e perseguidos. A inobservância do casamento e da formação regular da família ficava adstrita aos altos dignitários da Coroa, do clero e dos militares de elevada patente, bem como aos grandes comerciantes, agricultores e mineradores; também os escravos e vadios estavam liberados das exigências legais e convencionais para bem viver e bem proceder (CG, 1998, p.122).

A dominação exercida pelo poder e supremacia da nobreza e da cor branca nesse período da história não só de Goiás, mas do Brasil de maneira geral, é aspecto marcante na recriação bernardiana da sociedade retratada.

Isso é condizente com o pensamento de Ribeiro (2006, p. 21) que evidencia a “[...] concentração de uma força de trabalho escrava, recrutada para servir a propósitos mercantis alheios a ela, através de processos tão violentos de ordenação e repressão que constituíram, de fato, um continuado genocídio e um etnocídio implacável.” E como se a inconsciência da própria condição social e existencial predominasse entre os oprimidos e excluídos de todas as oportunidades, até das mínimas condições básicas de alimentação, segundo Ribeiro (2006, p.

22), “[...] o povo-massa, sofrido e perplexo, vê a ordem social como um sistema sagrado que privilegia uma minoria contemplada por Deus, à qual tudo é consentido e concedido.” Desse modo, resta a esse povo-massa, mistificar suas necessidades e mitificar suas esperanças, recorrendo a Deus por meio dos mais variados meios de manifestação do sincretismo religioso, fruto da miscigenação das diferentes raças e origens, para amenizar ou mascarar seus sofrimentos.

Todavia, com o fim do ciclo do ouro, a antiga Vila Boa se encontrava em franco declínio econômico e, com isso, mesmo entre os brancos a pobreza era geral. As mulheres engendram um grupo em que a pobreza é uma dura realidade. Especialmente para elas, era realizada uma missa diária, às 4 horas da manhã, horário esse cuidado para que não fossem vistos seus andrajos e calçados arrebatados pelo uso. Era fato que muitos brancos, mesmo vivenciando a pobreza, ainda preservavam o orgulho que nos bons tempos lhes garantira o *status*, e para isso, negavam a presente condição de fidalgos decadentes. Em razão disso,

[...] com a noite entrando é que as mulheres de Vila Boa entendiam de sair para as visitas e passeios sociais, andando aos bandos, umas atrás das outras, cabeça baixa, envolvidas nos seus xales escuros tão impróprios para uma cidade tão quente. De dia, os andrajos com que se vestiam, forçadas pela miséria crescente, seriam visíveis em demasia e desmoralizariam suas donas, matronas e moças descendentes dos gloriosos bandeirantes de outrora ou de antigos mineradores cuja fama de riqueza até hoje enchia de lendas as longas noites da capitania (CG, 1998, p. 103).

O empobrecimento veio, também, por meio das altas cobranças tributárias, das quais, só se esquivavam mesmo os ricos e poderosos, mediante o uso indevido do poder. O governo deveria se auto-sustentar mediante a arrecadação de impostos, já que “[...] o quinto era cobrado diretamente pelo estado e remetido integralmente para Lisboa” (PALACÍN, 1983, p. 53). Dessa forma,

[...] as entradas e o dízimo eram, na realidade, o sustentáculo econômico da Capitania. O funcionalismo todo, desde o governador até o último pedestre, dependia para receber seu ordenado de que o caixa das entradas e o administrador dos dízimos pagassem em dia suas obrigações trimestrais [sic] (PALACÍN, 1983, p. 53).

Como pesquisou Bernardo Élis,

[...] os próprios dízimos não cresciam na escala prevista [...] Eram incontáveis as fazendas del-rei [...] confiscadas pela Coroa por falta de

pagamento de tributos [...] Para fugir ao fisco, às penhoras, às custas judiciais, o povo abandonava suas casas e terras e se metia no ermo, aonde tais sanções governamentais não chegavam (CG, 1998, p.100).

A pressão exercida pelos poderes do Reino Português, acaba por expulsar da terra demarcada e confiscada, seus ocupantes que buscam outros confins do próprio território do Reino, mas livres do controle e das cobranças legalizadas pelas arbitrariedades do fisco.

Uma grande parcela da população formada por brancos pobres situa-se num território impreciso em que, só o fato de não ser de cor, continuava sendo um privilégio. Mesmo pobre, esse branco livre não move uma palha para sobreviver e, em muitos casos, limita-se a possuir um escravo que se encarrega de sustentá-lo. Gente desocupada, maltrapilha, suja, malcheirosa que o autor chama de *vadios, os povos do sereno, o zé-povinho*, nomes recebidos por causa da vida que levavam. Nesse grupo estão inclusos os mendigos, as prostitutas e todo um contingente de desocupados que viviam caçando, pescando, pegando passarinhos e colhendo frutos para vender na vila e, assim viviam, de festa em festa, nem chegando a ser presos ou punidos de outro modo, pois, na verdade, eram descendentes de pessoas importantes e ricas no passado. Seriam punidos sim, os que botassem as mãos em algum desses vadios.

Trançando no meio de todos, tentando penetrar no palácio, estavam os vadios, ou seja, cerca de quarenta por cento da população local, principalmente jovens que ali nada tinham que fazer, à míngua de escolas que pudessem freqüentar ou serviço de qualquer natureza que pudessem exercitar [...] porque a maior parte dos vadios eram filhos-famílias a quem era interdito qualquer tipo de trabalho, já que trabalho era tarefa exclusiva de negros escravos e nunca de brancos livres (CG, 1998, p. 29).

Os estudos de Pierre Bourdieu (2001), em especial sua teoria acerca do poder simbólico - com obstinado propósito de desvendar os mecanismos de poder que permeiam as redes de relações sociais construídas historicamente – podem ser retomados como fundamentação para o entendimento de que o dilema da cor sustentou quadros de luta marcados pela obediência ao poder e à dominação, simbólica ou propriamente repressiva pelo monopólio da violência física, como na passagem apresentada anteriormente, em que Ângela, apesar de não possuir poder legal - e sofrer a dominação da nobreza, como classe hierarquicamente superior na estrutura em questão - o possui legítimo, ou seja, legitimado pela sua condição social de mulher branca.

A teoria de Pierre Boudieu (2001), utilizada aqui como instrumento conceitual, se apresenta prenhe de elementos importantes à fundamentação dessa análise. Seu conceito de *campo* favorece o entendimento e a compreensão das estratégias de (re) produção da sociedade, das lutas simbólicas travadas pela apropriação de bens que, no plano cultural, são realizadas por agentes sociais que visam o monopólio da competência e do poder.

Segundo Bourdieu (2001, p.12), o conceito de *campo* é compreendido como espaço de produção de bens culturais e simbólicos permeado por relações de poder, conflitos, lutas e consensos entre diferentes agentes que, hierarquicamente dispostos, disputam a posse de tais bens para o exercício de autoridade, legitimidade e prestígio. Espaço onde as posições dos agentes se encontram a *priori* fixadas, *lócus* onde se trava uma luta concorrencial entre os atores em torno de interesses específicos que caracterizam a área em questão: no campo se manifestam as relações de poder, implicando na estruturação de uma desigual distribuição do *quantum* social, denominado pelo autor de “capital social”. Dessa forma, na estrutura do *campo* podem ser encontrados dois pólos opostos: um de dominantes e o outro de dominados. Os ocupantes do primeiro são detentores do máximo de capital social, enquanto que os do segundo se definem por possuir pouco ou nenhum capital social. Segundo Bourdieu:

O capital social é o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma *rede durável de relações* mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, *à vinculação a um grupo*, como conjunto de agentes que não somente são dotadas de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por ligações permanentes e úteis (2005, p. 67).

Assim, a ação dos agentes é caracterizada e orientada em função da posição que eles ocupam no interior do campo, sempre no sentido de alcançar seus objetivos e satisfações, de forma que as relações de poder travadas no interior do campo reproduzirão relações que lhes são externas, além de reproduzirem um sistema objetivo de dominação que, interiorizado, aparece enquanto subjetividade (*habitus*). O poder que num estado de campo está em toda parte, muitas vezes não se deixa ver, ou se deixa ver menos, podendo ser exercido, segundo Bourdieu (2001), com a cumplicidade daqueles que não querem admitir que a ele estão sujeitos ou que o exercem. Os indivíduos se envolvem numa luta propriamente simbólica, no sentido de imporem uma definição do mundo social conforme seus interesses. Nesses casos,

[...] os ‘sistemas simbólicos’ cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre a outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim, segundo Weber, para a ‘domesticação dos dominados’ (BOURDIEU, 2001, p. 11, grifos do autor).

O interesse apresentado aqui pelo poder simbólico é pelo seu poder de fazer ver e crer, de confirmar ou transformar a visão de mundo e a ação sobre o mundo. Poder quase mágico, capaz de obter o equivalente do que é obtido por meio da força, realizando-se por meio do reconhecimento e da legitimidade.

[...] o poder simbólico [...] se define numa relação determinada – e por meio desta – entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos, quer dizer, isto é, na própria estrutura do campo em que se produz e se reproduz a *crença* (BOURDIEU, 2001, p. 14, grifo do autor).

O poder simbólico se apresenta, segundo Bourdieu (2001), como “[...] um poder subordinado, uma forma transformada, irreconhecível, transfigurada e legitimada, das outras formas de poder.” Dessa maneira, sua teoria pode contribuir com a análise e compreensão das relações de poder e dominação na literatura bernardiana que, de cunho eminentemente social e psicológico, denuncia a opressão sofrida pelas classes menos favorecidas, desamparadas pela estrutura política vigente, em que os poderes legislativo e judiciário estavam, também, nas mãos daqueles se faziam a própria lei.

Segundo o pensamento de Ribeiro (2006), a estratificação social contrapõe os brasileiros ricos, remediados e pobres, e todos estes aos miseráveis, de modo a não permitir uma comunicação sustentável e propriamente humana entre as classes, visto que a minoria privilegiada do poder apropria-se de ideologias como o *paternalismo* para maltratar, explorar ou ignorar todas as pessoas das demais classes sem poder de compra, ou com oferta de serviços que nem valem apenas a própria sobrevivência, como se essa fosse uma conduta natural. Estes aspectos são observáveis nas atribuições dos cargos da capitania, como também, fator de nítida divisão social. A administração superior era de nomeação da Corte e, para ser escolhido para os cargos administrativos locais era necessário pertencer às famílias tradicionais. A distinção entre os cargos não era diferente das outras capitanias do Brasil. Essa estrutura do poder político

[...] tinha um governo próprio e independente, ligado diretamente ao rei e aos organismos centrais de Lisboa, especialmente ao Conselho Ultramarino.

A autoridade principal era o governador, responsável pela administração e pela aplicação das leis. Comandava o exército, composto de soldados profissionais de cavalaria – os famosos dragões – e pedestres.

A justiça estava a cargo do ouvidor, independente nesta parte do próprio governador. Ele julgava os recursos e vigiava para a eleição dos juizes eleitos pelo povo.

O governador e o intendente tinham certo número de auxiliares, mas estes eram, em realidade, muito poucos e não havia um corpo de funcionários profissionais como hoje. A administração era bastante simples, e não se tinha desenvolvido, portanto, a burocracia. Os escrivães, oficiais de justiça, chefes de polícia eram pessoas sem qualificação especial e sem salário público. Ganhavam uma quantidade fixa por serviço prestado (PALACÍN, 1994, p. 28).

Este trecho demonstra com clareza a qualidade do sistema administrativo pautado no conservadorismo extremo, da subjetividade e da arbitrariedade, segundo as conveniências dos que já detêm absolutamente o poder. Isso a História confirma, ao evidenciar que

[...] o poder de decisão, mesmo nas coisas menores, correspondia unicamente ao Rei; o governador e demais autoridades não passavam de executores de suas ordens [...] o governador – e as outras autoridades em seus campos, ouvidor na justiça, intendente, no campo econômico – nem nomeava os funcionários do governo, nem os podia destituir, ampliar ou restringir seu campo de ação (PALACÍN, 1983, p. 45-6).

Para todas as decisões era solicitada a aprovação de Lisboa, o que demorava muito e, em muitos casos, nem chegava. O governador era, na Capitania, o homem de confiança do monarca e sua autoridade, de acordo com Palacín (1983, p. 46), provinha de sua integração num sistema baseado no sangue e na educação, porém nem assim tinha liberdade de ação como se pensava. Dessa forma, o andamento das atividades políticas e dos negócios públicos era afetado pela morosidade nas decisões. E, enquanto cada decisão era adiada, por ausência de homologação do Rei, os problemas, pela ordem hierárquica de suas naturezas, se tornavam mais complexos e acabavam por afetar exatamente a população pobre ou miserável.

Em *Chegou o governador*, o poder do rei é tão incontestável que o governador é somente “[...] o representante do nosso senhor todo poderoso pela graça de Deus, el-rei de Portugal” (1998, p. 11) e, como tal, deveria aguardar, para todos os casos, a determinação de Lisboa. Porém, o governador, informado de que Ângela era cortejada pelo Alferes José Rodrigues Jardim, passa por cima das determinações reais e o envia em missão de pelo menos doze meses; tempo necessário para arrebatá-lo o coração da jovem. Mais uma vez, o autor implícito, na figura do narrador do romance, não deixa claras as suas intenções. Este é mais um toque de imaginação e de criatividade do autor aos fatos históricos, recriando uma atmosfera na qual paira a dúvida acerca de suas intenções mais subjetivas.

Retoma-se Pierre Bourdieu (2001) para ressaltar que nas obras bernardianas de cunho regionalista, consideram-se o “medo” e a “obediência” que se tem ao senhor como a construção, no imaginário do sertanejo, de uma *crença* produzida em um campo específico, o “sertão”. A configuração dessa crença demonstra o quanto o poder do senhor paira sobre “seus homens”, de maneira tão opressora que eles, dominados e subjugados, se sentem na obrigação de lhe render total obediência, acima de qualquer lei, já que eles são a expressão viva da lei.

Nestas obras, os detentores do poder de mando e subordinação usam e abusam da lei, manipulando até mesmo as instituições que deveriam proteger a vida e a liberdade de todos, inclusive dos mais humildes. Instaura-se o mais eficiente processo de corrupção e suborno, no qual predomina a ordem do senhor e a cegueira e o silêncio como garantia da vida daqueles submissos que, segundo Bourdieu (2001), se subordinam de forma a legitimar a *crença*,

fazendo com que aos que a obedecem apareça como a única forma de poder possível, adequada e, até mesmo, legal.

Aos dominados e subordinados do poder simbólico, ele aparece como um fato do qual não se pode fugir e não há possibilidade de se ver livre da opressão a que está submetido, pois, a todos que Élis dedica sua obra, parece não haver salvação, parece que a sina a que estão entregues é a de padecer por todos os tipos de privações, em nome de uma honra fundamentada na *crença* a um destino divinamente prescrito.

A estratificação social é apenas um dos muitos elementos utilizados por Bernardo Élis para caracterizar sua reconstituição dos ares do Brasil Colônia ao tempo da chegada da família real no país. As tensões do período são retratadas pelo autor com o amparo de textos documentais como cartas de viajantes, depoimentos e textos de História de Goiás. Com as epígrafes, a leitura dos capítulos é direcionada, mostrando ao leitor o constante diálogo com as vozes de Luís Palacín e Dalísia Doles, Americano do Brasil, Gomes Freire de Andrade, August Saint-Hilaire, entre outros que documentaram a História goiana do período.

Em *Chegou o governador*, diferentemente das outras obras de sua autoria, Bernardo Élis deixa de lado seu gosto pela descrição da realidade dos sertões ermos, porém mantendo-se fiel às questões regionais. Nesta obra transparece o pesquisador por trás da narrativa que, retratando as influências de Portugal na vida da Vila, busca compor um quadro de espaços e tipos sociais comuns à época. Sua liberdade imaginativa ficou a cargo de (re)criar tais aspectos e de desvendar ao leitor o universo psicológico de suas personagens, deixando vir à tona suas intenções e emoções.

Em *Pela história de Goiás (1980)*, Americano do Brasil apresenta relevante material a respeito do governo Jardim, ressaltando, porém, que poucos foram os dados biográficos conseguidos do ilustre personagem histórico que foi José Rodrigues Jardim. Cabe aqui, aferir que na História não há relatos de seu casamento com Ângela. Aliás, o próprio Bernardo Élis atenta o leitor para isso, dizendo que a História nada registra sobre ela.

Embora se considere como protagonista a figura masculina do jovem governador, é de se reconhecer que Ângela é um ato de criação do autor, caracterizado na figura de uma mulher diferente à época. Seu perfil improvável para um tempo e um lugar em que as mulheres eram privadas de vez e de voz, para a manifestação de suas inteligências e racionalidades em parênteses com os homens, estimula o leitor a refletir sobre as verdadeiras intenções do autor ao criá-la.

Seria Ângela, o nome escolhido com significado de *mensageira* e para designar uma mulher, a representante das mulheres da época, cujas circunstâncias sociais, políticas, econômicas e psicológicas propiciasse-lhes as condições iniciais para a emancipação feminina? Seria Ângela uma abertura no romance rumo ao pós-modernismo? Linda Hutcheon, em suas reflexões literárias, considera que

[...] a continuidade e o fechamento históricos e narrativos são contestados a partir de dentro. [...] O centro já não é totalmente válido. E, a partir da

perspectiva descentralizada, o “marginal” e aquilo que vou chamar de “ex-cêntrico” (seja em termos de classe, raça, gênero, orientação sexual ou etnia) assumem uma nova importância à luz do reconhecimento implícito de que na verdade nossa cultura não é o monolito homogêneo (isto é, masculina, classe média, heterossexual, branca e ocidental) que podemos ter presumido (1991, p. 29, grifos da autora).

Estas indagações são leituras das possibilidades inerentes ao espírito da própria obra de Bernardo Élis, que retrata relações sociais movidas por sensualidade e sexualidade, visivelmente sustentadas pelos poderes econômicos e políticos. Os sertões do Centro-Oeste brasileiro, mesmo que distantes de todo o mundo, era administrado e profundamente influenciado pela cultura europeia dos colonizadores portugueses que iam e vinham a levar de cá e a trazer de lá novidades, dentre as quais, as modas e os feitos femininos.

As mulheres do Centro-Oeste brasileiro representadas pelas personagens de Bernardo Élis, nesse contexto, apesar de, aparentemente se apresentarem apenas nas suas condições de fêmeas e de servas dos homens, independentemente de suas condições sociais, acabam por participar dos processos decisórios dos rumos que tomam as histórias, como pretexto para vislumbrar seu próprio processo de emancipação.

PONTO FINAL

O Senhor... Mire e veja: o mais importante e bonito do mundo, é isto: que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas – mas que elas vão sempre mudando. Afinam ou Desafinam. Verdade maior – É o que a vida me ensinou. Isto me alegra montão.

João Guimarães Rosa

A partir do trecho acima, apresentado como epígrafe (fragmento de *Grande Sertão Veredas*), é que não resolvemos dar os nomes de ‘Conclusão’ ou de ‘Considerações finais’ a esta parte que preferimos chamar de *Ponto final* porque depois do ponto final, outras ideias sempre virão e outros parágrafos formar-se-ão, uma vez que somos cômicos de que este ensaio constitui-se de apenas um ponto de vista dentre as possíveis leituras do romance *Chegou o governador*.

O que se leu aqui é, ao mesmo tempo, nosso e dos outros. Coube-nos a responsabilidade de unir as partes. Uma constatação que nos levou a esta parceria foi o objetivo de insistir na ideia de que não se faz literatura (ficção) sem uma base real e de que o homem, mesmo que morra, deixa sua história, incomodando os vivos, como bem fez Bernardo Élis em *Chegou o governador*.

O momento histórico e o espaço geográfico são os pontos de apoio onde o bom ficcionista finca pé, para daí fazer fluir o imaginário, no qual os atores podem até parecer fugir ao verossímil para deixar que o leitor julgue o processo e dê sua sentença. A curiosidade, a ousadia, o desejo de dizer aos outros o que vimos e pensamos foram os elementos motivadores deste ensaio, repleto de interrogações e reticências: que nunca estará acabado, que se abre às indagações de outros estudantes ávidos por dizerem outras coisas que aqui não foram registradas.

Um dos fatores mais importantes aqui percebidos, a nosso ver, é o poder da cultura da época em *Chegou o governador*, disseminada por todo o Estado de Goiás e região Centro-Oeste, e que neste início de século XXI ainda se apresenta, talvez com outras aparências, mas, sobretudo, com a mesma essência, influenciando a vida das pessoas no âmbito social, e, especialmente no mundo econômico e político.

Um segundo fator é a estreita relação entre a Literatura e a Sociologia, de modo que são, aqui, tidas como abordagens complementares à compreensão de fatos históricos, bem como necessárias à percepção dos valores que entram ‘pelas costas’ dos sujeitos, ou seja, pela cultura, que manifesta-se nas concepções e ações daqueles que dela fazem uso para dimensionarem o poder e a dominação a partir de seus ideais, mesmo que não conscientes de suas causas históricas, mas só declaradamente, como meio de alimentação de vícios, ilusões, vaidades e ambições, como gravações impregnadas nos panos de fundo sob as estampas das bandeiras que ostentam.

Um terceiro fator é que, apesar do poder que a cultura impõe aos sujeitos históricos, arrastando-os para o passado, fazendo-os inconscientemente ou não repetir as experiências de antepassados, eles ainda lutam para se apresentarem diferentes, numa tentativa eterna de mudança, que vai rompendo preconceitos, e concebendo novas ideias, novos tempos e espaços

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Nelly Alves de. **Estudos sobre quatro regionalistas**. 2. ed. Goiânia: UFG, 1985.

ARISTÓTELES. **Poética**. Tradução de Vincenzo Cocco et al. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira; QUINTANEIRO, Tania. Max Weber. In: QUINTANEIRO, Tania; BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira; OLIVEIRA, Márcia Gardênia. **Um toque de clássicos: Durkheim, Marx e Weber**. Belo Horizonte: UFMG, 1995. p. 105-147.

BENDIX, Reinhard. **Max Weber, um perfil intelectual**. Trad. Elisabeth Hanna e José Viegas Filho. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1986.

BOOTH, W. C. **A retórica da ficção**. Lisboa: Arcádia, 1980.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de educação**. NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio. (Org.). 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

_____. **O Poder Simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BRAIT, Beth. **A personagem**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1987.

BRASIL, Antônio Americano do. **Pela história de Goiás**. Goiânia: UFG, 1980. (Coleção Documentos Goianos).

CANDIDO, Antônio et al. **A personagem de ficção**. São Paulo: Perspectiva, 2002. (Série Debates/Literatura).

_____. **Literatura e sociedade**. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.

CARVALHO, M. L. F. L. **A transfiguração da realidade em José J. Veiga e Miguel Jorge.**

Goiânia: Secretaria da Cultura de Goiás, 1989.

_____. **Tradição e modernidade na prosa de Miguel Jorge.** Goiânia: UFG, 2000.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade.** 3. ed. Rio de

Janeiro: Paz e Terra, 1991.

DENÓFRIO, Darcy F.; SILVA, Vera Maria Tietzemann (Org.). **Antologia do Conto**

Goiano I: dos anos dez aos sessenta. 2. ed. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1993.

ÉLIS, Bernardo. **Chegou o governador.** Rio de Janeiro: José Olímpio, 1987.

HUTCHEON, L. **Poética do pós-modernismo:** história, teoria, ficção. Tradução de

Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

MANNHEIM, Karl. **Sociologia.** FORACCHI, M. M. (Org.). Coordenação de Florestan

Fernandes. São Paulo: Ática, 1982.

_____. **Sociologia da cultura.** São Paulo: Perspectiva; USP, 1974.

OLIVAL, Moema de Castro e Silva. **O espaço da crítica:** panorama atual. Goiânia: UFG, 1998.
(Coleção Hórus).

_____. Prólogo. In: ÉLIS, Bernardo. **Caminhos dos Gerais:** contos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

ORTIZ, Renato. (Org.). **Pierre Bourdieu:** Sociologia. São Paulo: Ática, 1994.

PALACÍN, Luís; MORAES, Maria Augusta de S. **História de Goiás (1722-1972)**. 6. ed. Goiânia: UCG, 1994.

_____. **Subversão e corrupção**: um estudo da administração pombalina em Goiás. Goiânia: UFG, 1983.

PAREYSON, L. **Os problemas da estética**. Tradução de Maria Helena Nery Garcez. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. 2ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

VICENTINI, Albertina. **O Regionalismo de Hugo de Carvalho Ramos**. Goiânia: UFG, 1997. (Coleção Quíron).

WEBER, Max. Burocracia. In: GERTH, H. H.; MILLS, W. (Org.) **Ensaio de Sociologia**. p. 229-282. Rio de Janeiro: Guanabara, 1982.

WEBER, Max. Classe, estamento, partido. In: _____. **Ensaio de Sociologia**. Organização e introdução de H. H. Gerth e C. Wright Mills. Tradução de Waltensir Dutra. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2002. p. 126-137.

WEBER, Max. Três tipos puros de dominação legítima. In: COHN, Gabriel (Org.). **Max Weber: Sociologia**. São Paulo: Ática, 1979. p. 128-141. (Coleção Grandes cientistas sociais, 13).

WHITE, H. **Trópicos do discurso**: ensaio sobre a crítica da cultura. São Paulo: EDUSP, 1994.